

Não é só o PIB que vai ladeira abaixo

BC derruba previsão

de crescimento pela

19ª vez consecutiva



Empresário se suicida em frente ao governador. Múlti encareceu gás e gerou crise

O proprietário da Cerâmica Escurial, Sadi Paulo Castiel Gitz, cometeu suicídio na manhã da quinta-feira (4), em evento com a presença do governador de Sergipe e o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque. Sua empresa foi fechada há pouco mais de dois meses devido à falta de condições para pagamento das contas de Gás. Segundo o empresário havia denunciado, o governo de Sergipe e a multinacional japonesa Mitsui, proprietários da empresa de economia mista SERGÁS, se negaram a negociar um acordo para que a Escurial continuasse funcionando e o fornecimento de gás foi cortado. **Página 5**



Pesquisa brasileira retrocede em 500 mil anos saída de humanos da África

Em escavação na Jordânia, cientistas brasileiros e italianos descobriram pedra lascada há 2,4 milhões de anos, o vestígio mais antigo de humanos fora do continente africano. A descoberta “retrocede em 500 mil anos o momento em que acreditávamos ter saído da África”, afirmou o líder do grupo, o bioantropólogo Walter Neves, do IEA-USP. **Página 4**

HORA DO POVO

ANO XXIX - Nº 3.715 10 e 11 de Julho de 2019

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Desastre econômico destrói os empregos, salários e empresas

Banco Central reduziu pela 19ª vez consecutiva a previsão para o crescimento da economia, na última segunda-feira (08/07). Agora, a redução foi de 0,85%, na semana passada, para 0,82%. No início do governo Bolsonaro, a expectativa divulgada pelo BC, através do Boletim Focus, era de um crescimento de 2,5%. Há um mês a previsão já havia caído para 1%, em uma marcha batida para o buraco. A deterioração da economia, impulsionada pela queda do poder aquisitivo, se expressa também na queda da produção industrial e das vendas. **P 3**

“O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, diz Bolsonaro

Inéditos acordes joaogilberteanos, escreve Maestro Marcus Vinicius

“Para quem tocava violão nos anos 1960, ouvir João Gilberto era um desafio, pois os acordes que ele usava em sua música não eram encontrados como “posições” nos métodos tradicionais do instrumento e, já que não eram acordes prê-t-à-porter, precisavam ser concebidos um a um, agregando dissonâncias e alterações que exigiam digitação própria. Isso enlouquecia os executantes tradicionais”, escreve o maestro Marcus Vinicius especialmente para o site do HP, que pode ser acessado em www.horadopovo.org.br/acordes-joaogilberteanos/.



Ao ser perguntado sobre a declaração do Papa Francisco, que alertou para o desmatamento exacerbado da Amazônia, patrocinado, segundo o santo padre, pela cobiça exagerada, Jair Bolsonaro partiu para o ataque e a ignorância. “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, agrediu o capitão. Nada a estranhar, vindo de quem, há poucas semanas, conclamou os turistas estrangeiros a fazerem “sexo à vontade” com as mulheres brasileiras. **Pág. 3**

“Reforma” de Bolsonaro dá a ruralistas 83 bilhões de reais em isenções da Previdência

Representantes do agronegócio exportador conseguiram, na madrugada da sexta-feira (05), derrubar o artigo, mantido no relatório pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que restabelecia a cobrança de contribuição previdenciária das exportações do agronegócio, uma desfalque para a Previdência Social de R\$ 83 bilhões em dez anos. **Pág. 3**

Datafolha: apoio a Moro cai, mas não muda aprovação à prisão de Lula

Pesquisa Datafolha divulgada no sábado (06/07) aponta que 58% dos entrevistados consideram que a conduta de Sérgio Moro nos diálogos revelados pelo site The Intercept, com os procuradores da Lava Jato, foi inadequada. A aprovação de Moro caiu sete pontos percentuais entre abril e julho, variando de 59% para 52%. O resultado, porém, não altera a convicção de que a prisão de Lula foi correta. O índice dos que consideram justa a prisão se manteve em 54%. **Pág. 3**



As caras da sonora vaia no Maracanã

Ficou estampado nos rostos a enorme vaia que a maioria dos torcedores no Maracanã, no final da Copa América (7), deu em Jair Bolsonaro, que levou a tiracolo seu ministro da Justiça, Sérgio Moro. Bolsonaro havia dito que a resposta sobre o apoio ou não ao seu governo seria vista lá. E foi. Já tinha recebido uma tremenda vaia no Mineirão. Desde que chegou ao estádio e todas as vezes que aparecia no telão, foi vaiado pela torcida. **Página 3**

Foto: Divulgação



BR Distribuidora: governo acelera a privatização de subsidiária da Petrobrás

A direção da Petrobrás divulgou na quarta-feira (3) que deu início ao processo de privatização da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás. Conforme o prospecto preliminar da entrega de ações, o governo pretende reduzir a participação da Petrobrás em 25% a 33,75% do capital social da subsidiária – “a depender do exercício do lote adicional e do lote suplementar”, informou a direção. Quer dizer, que pode ser ainda maior.

Considerada a “joia da coroa” da Petrobrás por especialistas, a BR Distribuidora é a maior distribuidora de combustíveis do Brasil. A companhia conta com uma rede de 7.703 mil postos de gasolina, 95 unidades operacionais e atuação em 99 aeroportos. Além disso, a estatal é a distribuidora líder nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

“A BR Distribuidora é a segunda maior empresa brasileira. Ela dá lucro. Vendê-la, assim como vender outras subsidiárias rentáveis da Petrobrás, significa prejudicar a situação financeira e o caixa da estatal”, afirma Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPÉT). “O que eles querem, ao vender as subsidiárias, é estrangular o caixa da Petrobrás para justificar sua privatização”, denuncia.

“Além do mais”, destaca Fernando, “é a BR que leva combustível para a Amazônia. As outras não levam, porque não é rentável fazê-lo”.

Hoje, a Petrobrás detém 71,25% das ações da BR Distribuidora. Em dezembro do ano 2017, a direção da Petrobrás, sob o comando de Pedro Parente, abriu o capital da BR Distribuidora, que até então era 100% pública. Naquele ano, o lucro da subsidiária foi de R\$ 1,15 bilhões.

Na ocasião, foram vendidas 334,9 milhões de ações (28,75% do capital), que foram distribuídas na sua maioria entre investidores e fundos especulativos estrangeiros, como Lazard Asset Management LLC (5,77%), JPMorgan Chase & Co (1,79%), Norges Bank (1,29%), BlackRock (1,19%), Vanguard Group (1,02%) e Outros (17,69%) – Fonte: Bloomberg.

Pela proposta da atual gestão da Petrobrás serão ofertadas ao mercado 291,25 milhões de ações, além de cerca de 43,687 milhões de ações no lote suplementar e de 58,25 milhões no lote adicional. Com isso, a participação da Petrobrás na BR deve sair dos atuais 71% para cerca de 40%, passando assim o controle da companhia para a iniciativa privada, de preferência a estrangeiros. Com base no preço dos títulos em 1º de julho, o governo estima arrecadar de sete a nove bilhões.

O objetivo do atual presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, é de dar continuidade ao processo de privatização da BR, através do programa de “desinvestimentos” proposto à Petrobrás, que vem ocorrendo nos últimos governos de Dilma e Temer, e que está sendo intensificado no governo Bolsonaro.

A direção da Petrobrás também divulgou que dará início à venda total de participações da Petrobrás em 14 concessões de exploração e produção terrestres, localizadas no estado da Bahia, denominadas conjuntamente de Polo Recôncavo. Além disto, a empresa Raízen, controlada pela Shell, pretende entrar na disputa pelas refinarias postas à venda pela direção, assim como espera abocanhar a BR Distribuidora.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dfi@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campi Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Reprodução



Milhares em fila de desemprego, no dia 08/07, em Guarulhos, SP

Produção industrial cai 0,2% em maio e tomba 0,7% no acumulado do ano

A produção da indústria nacional física caiu 0,2% em maio comparado a abril, segundo dados divulgados na terça-feira (2) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a terceira queda no ano, já computados os ajustes sazonais. Nos cinco primeiros meses do ano, o setor industrial acumulou uma queda ainda maior, a produção industrial foi negativa em 0,7%.

Quase metade dos setores, 48,6% dos 805 produtos pesquisados, caíram em maio. Dos 26 ramos pesquisados 18 tiveram taxas negativas, com destaque para o recuo de 2,4% em veículos automotores, rebocos e carrocerias.

Os dados apontam para um desempenho pífio da economia brasileira também no 2º trimestre. Os indicadores de maio já divulgados continuaram a mostrar um cenário de economia fraca, após uma queda de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no 1º trimestre.

A paralisa da economia é responsável por deixar 28 milhões e 400 mil trabalhadores desempregados ou

subempregados no trimestre encerrado em maio, segundo a PNAD Contínua, do IBGE.

O Banco Central reduziu para 0,8% a previsão para o crescimento da economia brasileira em 2019. A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) mostrou que o BC já trabalha com o cenário de uma nova recessão. As instituições financeiras também baixaram a estimativa de alta do PIB deste ano para 0,85%. Foi a 18ª queda consecutiva do indicador.

O BC destacou que a economia brasileira segue operando com “alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego”.

Na semana passada, o Caged (Cadastro Geral de Empregos), divulgou que foram criados 32.140 empregos com carteira assinada no país em maio. Apesar de positivo, o resultado do Caged frustrou os analistas. Ele foi considerado o pior resultado para o mês de maio desde 2016.

Segundo ainda os dados do IBGE, no acumulado dos últimos 12 meses a produção industrial passou de -1,1% em abril para um crescimento nulo, ou 0,0% de crescimento em maio. Ou seja, a indústria ficou parada. Em termos de patamar, a indústria geral do país se encontra 17,5% abaixo da produção alcançada em maio de 2011.

De acordo com o IBGE, as indústrias extrativas caíram -13,2%, pressionada pelos itens minérios de ferro e óleos brutos de petróleo. Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos desabaram 8,0%. Produtos farmacêuticos e farmacêuticos caíram -5,8%. O setor de manufatura, reparação e instalação de máquinas e equipamentos caíram -9,6%, e outros equipamentos de transporte tiveram queda de -11,2%.

Na comparação com maio de 2018, a indústria aparentemente teria tido uma recuperação (cresceu 7,1%), mas, como na base da comparação está o mês da greve dos caminhoneiros que parou a produção, esse resultado não significa recuperação.

Para IEDI, emprego com carteira é o que potencializa o mercado interno

No primeiro trimestre de 2019, a indústria de transformação ocupava a posição de 3º maior empregador, atrás dos setores de serviços e de comércio, respondendo por 13% da ocupação total do setor privado.

Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), de acordo com dados da PNAD Contínua do IBGE, de 10,4 milhões de pessoas empregadas pela indústria de transformação, 6,6 milhões ocupavam uma vaga com carteira assinada, ou seja, 63% do total. No comércio e nos serviços, que são os setores bastante empregadores, esta taxa de formalização é muito menor: 46% e 40%, respectivamente.

“Isso significa que, dentre os setores mais empregadores, é o emprego industrial o mais formalizado”, destaca em sua CARTA IEDI de 5 de julho.

“Assim, quando a indústria cresce, sobretudo seus ramos de maior intensidade tecnológica, ela é capaz de alavancar o emprego formal. Aumentar o número de ocupados com carteira assinada é importante para o dinamismo econômico porque seu rendimento tende a ser maior, mais regular e permite uma melhor inserção no mercado de crédito, já que a relação formal melhora a avaliação de riscos feita pelos

credores. Tudo isso potencializa o mercado consumidor do país”, avalia o IEDI.

“Embora a proporção agregada já seja expressiva, em 16 dos 25 ramos manufatureiros ela chega a ser muito superior. E o caso de coque e derivados de petróleo, com 96% do emprego com carteira assinada, farmacêuticos e farmacêuticos, com 95%, e máquinas e equipamentos e fabricação de veículos, rebocos e carrocerias, com 94% de emprego formal. Ou seja, a proporção é mais alta em ramos que exigem maior qualificação profissional, tornando estratégica a retenção de funcionários especializados”.

“Neste sentido, outra contribuição positiva da indústria de transformação é o fato de pagar salários cerca de 10% acima da média geral do setor privado. A maioria dos ramos da manufatura, contudo, contam com remunerações com um diferencial positivo ainda mais expressivos: 16 dos 24 ramos praticavam salários maiores que a média do setor privado”.

Para o IEDI, a recessão em 2014-2016 e a economia patinando em 2017-2018 afetaram profundamente o mercado de trabalho industrial, “freando a melhora do quadro do emprego geral no país, como também, por seus aspectos qualitativos, tem funcionado como um entrave para aceleração do PIB”.

Em seis meses, retiradas da poupança superam depósitos em R\$ 14,5 bilhões

No acumulado do primeiro semestre deste ano, o total de saques à caderneta de poupança superou em R\$ 14,5 bilhões os depósitos, segundo dados do Banco Central.

Com a deterioração da economia no governo Bolsonaro/Guedes, os brasileiros volta-

ram a retirar dinheiro da poupança para cobrir dívidas, em um cenário de queda da renda e de aumento de desemprego, invertendo a situação de 2017 e 2018 de saldos de depósitos positivos. Entre janeiro e junho de 2018, os depósitos haviam superado as retiradas

em R\$ 7,35 bilhões.

Em 2015, com a recessão econômica, as retiradas da caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 53,57 bilhões. Foi a maior retirada líquida da história. Em 2016, os saques superaram os depósitos em R\$ 40,7 bilhões.

Expectativa para alta do PIB recua mais uma vez e passa para 0,82%

É a 19ª queda consecutiva, segundo BC

O Banco Central reduziu pela 19ª vez consecutiva a previsão para o crescimento da economia, na última segunda-feira (08/07).

Agora, a redução foi de 0,85%, na semana passada, para 0,82%. Enquanto isso, o mesmo Banco Central, em seu Relatório Trimestral de Inflação, já reduziu a previsão para 0,80%.

Há um mês, essa previsão era de crescimento de 1%.

Há dois meses, era de 1,45%.

Há três meses, 1,95%.

Há quatro meses, 2,01%.

Três semanas antes, no dia 22 de fevereiro, era de 2,48%.

Em 19 semanas, a previsão do Produto Interno Bruto caiu em mais de 2/3 (-66,9%) – uma semana após a outra.

E não existe nenhum fundo do poço à vista. Ninguém é capaz de dizer quando esse afundamento vai parar, pela simples razão de que a política do governo é afundar mais.

Aqui, há algo de doentio: qualquer governo normal – ou medianamente normal – diante de uma queda dessas proporções, diante do aumento do desemprego, da redução na produção industrial (e, tudo indica, também da produção agropecuária, considerando a diminuição do crédito rural), tomaria alguma providência.

Ou, se o ministro (ou os ministros) da área não sugerissem alguma providência, qualquer presidente lhes apontaria o caminho da rua.

Guedes é, com certeza, o ministro da área econômica mais incompetente que já houve no país. Como notaram vários economistas, inclusive neoliberais, Guedes é um esroque (nas palavras de Persio Arida, presidente do BC no governo Fernando Henrique: “Paulo Guedes é um mitômano”).

Porém, a incompetência e a mentira por atacado de Guedes parecem ser, para Bolsonaro, suas principais qualidades. Talvez porque ele mesmo seja um incompetente e mitômano.

Mas aqui entramos no campo da irresponsabilidade. Não se trata apenas de que Bolsonaro e Guedes sejam adeptos de tal ou qual política econômica – pois é óbvio que a aplicação de uma política econômica depende da realidade.

O problema maior é que são irresponsáveis – para com o país e até para com

seus próprios adeptos, ou, melhor, para com aqueles que apoiam o governo Bolsonaro. A realidade, portanto, nada importa.

Assim, o resultado do PIB no primeiro trimestre foi negativo: -0,2%.

A reação de Guedes foi dizer que tal resultado já estava previsto. E, claro, que “basta fazer as reformas para voltar a crescer”. Como já foi observado, inclusive por pessoas e órgãos conservadores, nenhuma reforma – muito menos a da Previdência – tem o condão de fazer o país crescer, quando o crédito para as empresas é estrangulado (v. A catástrofe econômica de Guedes).

Pelo contrário, a reforma da Previdência, se aprovada, ao achatar ainda mais o mercado interno, tornará pior a situação.

Que já é muito ruim, com 28,5 milhões de brasileiros totais ou parcialmente sem emprego, ou seja, subempregados, segundo o IBGE, no trimestre encerrado em maio.

A produção industrial caiu -0,2% em maio e tombou -0,7% no acumulado do ano.

O comércio varejista registrou queda nas vendas de -0,6% em abril em relação a março, recuo puxado pelas vendas em hiper e supermercados.

De acordo com o IBGE, o setor de Serviços, após registrar uma sequência de resultados negativos de janeiro a março, ficou praticamente zerado em abril (0,3%). Na comparação com abril do ano passado, houve queda de -0,7%.

“Mes após mês, já descontadas as eventuais sazonalidades, a indústria praticamente não saiu do lugar, mantendo-se em um nível de produção inferior à de um ano atrás”, avaliou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), sobre o resultado de -0,2% da produção industrial nacional em maio, na comparação com abril de 2019.

“Foi a terceira taxa negativa da série com ajuste sazonal, mantendo o padrão de variações muito próximas a zero, que tem caracterizado o presente ano. Isso indica que não há nenhum movimento que possa levantar a indústria do tombo que levou com a entrada do ano”, afirma a entidade.

Todos os indicadores apontam para um segundo trimestre também negativo para a economia brasileira, resultado da “desconstrução” de Bolsonaro.

CNI: faturamento da indústria fica no vermelho em maio

“A indústria continua mostrando dificuldades”, segundo os Indicadores Industriais divulgados na segunda-feira (1º) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O faturamento, as horas trabalhadas na produção e o emprego na indústria caíram em maio frente a abril.

O faturamento real do setor recuou -2,2% em maio frente ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. “O faturamento real continua alternando resultados positivos e negativos há praticamente um ano. Como as quedas superam as altas, a tendência é de queda”, avalia a CNI.

Em maio, o emprego industrial caiu -0,2% em relação a abril, na série dessazonalizada. “O indicador segue praticamente estagnado, sem variações relevantes desde o fim do primeiro semestre de 2017”. Em maio deste ano, o resultado foi 0,4% menor que o registrado em maio de 2018. E o acumulado nos primeiros cinco meses deste ano é 0,1% menor que em igual período do ano passado.

As horas trabalhadas recuaram -0,2%, já considerado também o ajuste sazonal (descontado os efeitos das estações, feriados, etc). “O índice vem oscilando, mantendo-se no mesmo patamar, desde o início de 2018”.

Os três outros indicadores da pesquisa de maio: Massa salarial real, Rendimento médio real tiveram pequenas variações de +0,4% e +0,5% respectivamente, praticamente zero. E a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) continua em torno de 78%.

Segundo divulgou o IBGE nesta quinta-feira (2), a produção industrial caiu 0,2% em maio na comparação com abril. No acumulado do ano, a queda é ainda maior: -0,7%. A queda ocorreu em 18 das 26 atividades apuradas.

Com a economia no fundo do poço, os resultados de maio apontam para mais um trimestre recessivo para o setor e para toda a economia. O Produto Interno Bruto (PIB) nos três primeiros meses do governo Bolsonaro/Guedes encolheu -0,2%.



Cabral e seu comparsa Arthur Nuzman

Cabral, Nuzman, Lula, Heleno...

Na quinta-feira (4) o ex-governador Sérgio Cabral admitiu, de viva voz, que investiu US\$ 2 milhões na compra de votos, em 2009, para a escolha do Rio de Janeiro como sede da Olimpíada de 2016. O dinheiro foi cedido pelo “empresário” foragido Arthur Soares – o Rei Arthur.

Cabral disse também, diante das câmeras, em depoimento ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal, que o ex-presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Carlos Arthur Nuzman, indicou o presidente da Federação Internacional de Atletismo, o senegalês Lamine Diack, para operar o propinoduto.

O laço já estava sendo apertado pela Operação Unfair Play, um desdobramento da Lava Jato, que chegou a prender Nuzman e seu braço-direito Leonardo Gryner em outubro de 2017. Ambos foram recolhidos à cadeia pública de Benfica, na Zona Norte do Rio de Janeiro, e soltos semanas depois. Nuzman e Gryner, não por acaso, aparecem em diversas fotos da tristemente célebre “farra do guardanapo”, realizada em Paris, também no ano de 2009, para exibir o sucesso de Sérgio Cabral no uso generalizado da corrupção como método de governo.

Cabral confirmou o que se sabia e deu detalhes, inclusive que informou ao ex-prefeito Eduardo Paes e ao ex-presidente Lula – seus aliados na época – sobre a compra desses votos. Falou pelos cotovelos.

Ao recolocar Nuzman no noticiário policial, o ex-governador pode ter, ainda que involuntariamente, posto em destaque laços mal explicados entre um corrupto de carteirinha e um general que virou ministro de Bolsonaro.

O presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Carlos Arthur Nuzman, contratou o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, em agosto de 2011, como diretor cultural, com um salário ilegal, superior ao dos ministros do STF.

O general alega que o salário era legal, “por ser pago por entidade privada”. Mas pela Lei 9.615/1998, entidades privadas que recebem dinheiro público – o COB recebe um repasse de 1,7% das loterias federais – têm que pagar salários que não ultrapassem o valor de 70% do teto constitucional do poder executivo.

Como o teto era de R\$ 33,9 mil em 2017, o limite seria de R\$ 23 mil. O salário pago a Heleno pelo COB, na mesma data, era de R\$ 59 mil.

O general Heleno permaneceu no COB até a prisão de Nuzman pela Operação Unfair Play e sua renúncia em outubro de 2017.

O general Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que ora se faz de honesto, é o mesmo que declarou que a apreensão de 39 kg de cocaína pela polícia espanhola no avião da escolta de Bolsonaro foi “falta de sorte”, e que os índices de desmatamento da Amazônia, que apontam um salto de 60% em junho deste ano, “são manipulados”.

SÉRGIO RUBENS

Orlando: “a verdade é uma só, a recessão está de volta”

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) atribuiu à incompetência do governo Bolsonaro a grave crise que o país atravessa.

“A verdade é uma só: a recessão está de volta. Quando o governo é incompetente, não adianta robô de Twitter nem fazer arminha com a mão; os problemas se agravam e não tem mais em quem jogar a culpa”, afirmou nas redes sociais.

Ainda pelo Twitter, o deputado comentou a avaliação sobre o governo Bolsonaro em seis meses, analisando que “a pesquisa Datafolha divulgada hoje [segunda-feira, 8] dá números ao que já sabíamos e temos denunciado: o governo Bolsonaro é

dos ricos e para os ricos. O único segmento que sua aprovação segue elevada é de quem ganha mais de dez salários mínimos, fatia pequena e privilegiada da população”.

Contudo, segundo o parlamentar, até mesmo no setor mais privilegiado da população o apoio a Bolsonaro também é limitado.

“Bolsonaro é tão toco e chucro que até mesmo entre essa parcela da elite privilegiada ele passa longe da unanimidade. Isso ficou evidente na estrondosa vaia que recebeu no Maracanã, ontem [domingo, 7]. O exército de robôs não saiu do Twitter para a arquibancada”, ironizou.

Líder do PSB: “o partido vota contra a agressão que é a reforma da Previdência”

O líder do PSB na Câmara, deputado Tadeu Alencar (PE), reafirmou que o partido vota contra a reforma da Previdência de Bolsonaro e Paulo Guedes (ministro da Economia).

“O Partido Socialista Brasileiro não pode ter outra posição que não votar contrário a uma proposta que contraria

seus valores e agride conquistas históricas do povo brasileiro”, afirmou o deputado Tadeu Alencar.

O relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) sobre a reforma da Previdência foi aprovado na Comissão Especial na última quinta-feira (4).

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro: ‘Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer’



Inpe mostrou que a Amazônia está sofrendo sob o governo de Bolsonaro

“Reforma” de Jair Bolsonaro presenteia os ruralistas com R\$ 83 bilhões em isenções

Representantes do agronegócio exportador conseguiram, na madrugada da sexta-feira (05), derrubar o artigo, mantido no relatório pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que restabelecia a cobrança de contribuição previdenciária das exportações do agronegócio.

Atualmente, a exportação da produção rural é isenta de contribuições. Com a derrubada da cobrança, a Previdência Social deixará de arrecadar R\$ 83 bilhões nos próximos dez anos.

Isso ocorre no exato momento em que o governo diz que pretende retirar da Previdência R\$ 1 trilhão, sacados dos recursos pertencentes aos mais pobres, para fazer caixa para o pagamento de juros aos bancos.

Para o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), a base do governo se contradiz ao defender um ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, apoiar uma medida que é

um verdadeiro privilégio e que reduz a arrecadação da Previdência.

“É uma tentativa de perdão fiscal para os de cima depois de impor tanto sofrimento para os de baixo”, afirmou, líder da oposição na Câmara Federal.

O relator, deputado Samuel Moreira afirmou não ser “o melhor momento para desonerações”. “Não acredito em desonerações, principalmente naquelas que retiram da Previdência em um país quebrado”, observou o parlamentar.

O placar foi apertado, a derrubada da cobrança foi aprovada por 23 votos a 19. A oposição votou com o relator nesta matéria por achar um absurdo que Guedes queira tirar R\$ 1 trilhão dos pobres em dez anos enquanto o agronegócio arranca uma isenção de R\$ 83 bilhões no mesmo período.

O governo Bolsonaro mostrou mais uma vez sua benevolência com os latifundiários. O secretá-

rio especial da Previdência e trabalho, Rogério Marinho disse que gostou do texto aprovado.

“O texto que foi apresentado é o que nós gostaríamos que fosse aprovado, mas entendemos que dentro de um processo de discussão no legislativo haveria, naturalmente, a supressão de temas, o acréscimo de outros, o aperfeiçoamento do projeto como todo. E o que estamos vendo aqui”, disse ele.

Como se não bastasse esse grande privilégio mantido para o setor do agronegócio, o destaque aprovado também suprimiu a limitação em no máximo 60 vezes para o parcelamento de dívidas de contribuições do setor com a Previdência Social.

Ficou mantida, portanto, a possibilidade de qualquer parcelamento de dívidas fora da folha de pagamento, entre as quais as do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Bolsonaro é vaiado também no Maracanã

Jair Bolsonaro foi ao Maracanã no domingo (7) para a final da Copa América entre Brasil e Peru. Levou a tiracolo seu ministro da Justiça, Sérgio Moro. Disse que a resposta sobre o apoio ou não ao seu governo seria vista lá. Foi vaiado pela maioria dos torcedores cariocas. Já tinha recebido uma tremenda vaia no Mineirão.

Desde que chegou ao estádio e todas as vezes que aparecia no telão, o chefe do executivo nacional foi vaiado pela torcida. Quando ele se dirigiu

ao centro do campo para participar da premiação pela conquista, as vaias aumentaram de intensidade.

As respostas vindas dos estádios ao seu desgoverno vêm confirmando as pesquisas de opinião que registram um aumento exponencial do número de brasileiros que desaprova sua maneira de governar e suas propostas [ou a falta delas] para enfrentar a grave crise econômica vivida pelo país.

As manifestações contra Bolsonaro tiveram início já durante o car-

naval deste ano. Principalmente depois que ele divulgou, no primeiro dia da Festa de Momo, em sua rede social, uma cena escatológica, acusando o carnaval de ser aquilo que ele mostrou. Em todos os estados houve protestos.

Os blocos não perdoaram. Bolsonaro foi particularmente xingado em Minas Gerais, onde agora o Mineirão repetiu a dose. Os cariocas, é claro, não quiseram ficar atrás.

Assista ao vídeo do momento da vaia em www.horadopovo.org.br

Apoio a Moro cai mas não muda aprovação à prisão de Lula, diz pesquisa do Datafolha

Pesquisa Datafolha divulgada no sábado (06/07) aponta que 58% dos entrevistados consideram que a conduta de Sérgio Moro nos diálogos revelados pelo site The Intercept, e os procuradores da Lava Jato, foi inadequada.

O índice é idêntico aos dos que consideram que, nos casos de irregularidades comprovadas, as decisões do ex-juiz devem ser revistas. A aprovação de Moro caiu sete pontos percentuais entre abril e julho, variando de 59% para 52%.

O resultado, porém, não altera a convicção

de que a prisão de Lula foi correta. Os que consideram justa a prisão do ex-presidente registraram o mesmo percentual de 54%, tanto na pesquisa de abril quanto nesta de julho. Aqueles que acham a prisão injusta oscilaram na margem de erro, de 40% para 42%. Os que não sabem variaram, também dentro da margem de erro, de 6% para 4%.

No plano regional, o Datafolha apurou que 63% dos entrevistados das regiões Sudeste/Sul, que concentram a maioria da população nacional, responderam que foi justa a condenação do ex-presidente Lula. No

Nordeste, 56% disseram que ela foi injusta. Nas regiões Centro Oeste/Norte essa opinião atingiu 44% dos entrevistados.

Em relação à aprovação da Lava Jato, o índice de ótimo/bom caiu de 61% para 55%, entre abril e julho, enquanto o de regular subiu de 18% para 24%. O de ruim ou péssimo não variou, permanecendo em 18%.

A pesquisa foi feita nos dias 4 e 5 de julho com 2.086 entrevistados com mais de 16 anos, em 130 cidades do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Aécio vira réu da Lava Jato no caso da propina de R\$ 2 milhões da JBS

O deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) vira oficialmente réu no caso da propina da JBS. A Justiça Federal de São Paulo ratificou a denúncia feita pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o deputado mineiro.

Aécio Neves virou réu por corrupção passiva e tentativa de obstrução judicial. Ele tentou obstruir as investigações da Lava Jato.

A acusação foi feita com base nos depoimentos de Joesley Batista, do Grupo J&F, que

afirmou [e todo mundo viu] ter pago propina no valor de R\$ 2 milhões ao deputado. O STF chegou a bloquear R\$ 1,7 milhão em bens do deputado. Aécio na época era senador e, agora, é deputado federal.

A irmã do senador, Andréa Neves, um primo dele e um assessor parlamentar do congressista também foram acusados. Em troca da propina, Aécio teria beneficiado Joesley.

O caso estava sob investigação no STF e foi transferido para São Paulo após a corte decidir que o foro por prerrogativa de função dos parlamen-

tares refere-se apenas a crimes cometidos no cargo e em função dele. Segundo a investigação, a irmã de Aécio e o próprio deputado pediram, em 2017, R\$ 2 milhões, que foram pagos em dinheiro vivo divididos em quatro parcelas.

Aécio Neves tentou impedir e embarçar as investigações da Operação Lava Jato, na medida em que “empreendeu esforços para interferir na distribuição dos inqueritos da investigação no Departamento de Polícia Federal.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Foi em resposta ao Papa Francisco que fez um alerta sobre o desmatamento da Amazônia

Ao ser perguntado sobre a declaração do Papa Francisco, que alertou para o desmatamento exacerbado da Amazônia, patrocinado, segundo o santo padre, pela cobiça exagerada, Jair Bolsonaro partiu para o ataque e a ignorância. “O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer”, agrediu o capitão.

O Papa havia dito que a situação da Amazônia “é um triste paradigma do que está acontecendo em muitas partes do planeta: uma mentalidade cega e destruidora que favorece o lucro à justiça”. Ao invés de refletir sobre os problemas levantados pelo ponderado sumo pontífice, Bolsonaro partiu para a baixaria.

Nada a estranhar, vindo de quem, há poucas semanas, conclamou os turistas estrangeiros a fazerem “sexo à vontade” com as mulheres brasileiras. “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”, disse ele à época, ao argumentar que o Brasil não podia “se tornar um país do turismo gay”.

Bolsonaro usou a figura do “estupro” exatamente quando falou do Brasil e da Amazônia (afinal, o que um tarado pode fazer com uma virgem, senão estuprá-la?).

Essa fixação no estupro não é recente.

De certa forma – em relação ao Brasil – é mais ou menos o que ele faz ao desmontar criminosamente, como denunciou a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, todos os órgãos de fiscalização e combate ao desmatamento da região. Um verdadeiro estupro ambiental. (Leia mais em: [Aumento](#)

Aumento de 88% do desmatamento da Amazônia é início do “apagão ambiental”

Na quinta-feira, 4 de julho, deu no Jornal Nacional que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectou o aumento de 88% no desmatamento da Amazônia. Segundo o Inpe, que monitora a região por satélites, em tempo real, a Amazônia perdeu 920 quilômetros quadrados de floresta, neste mês de junho – área quase igual à da cidade do Rio de Janeiro. Em junho de 2018, havia perdido 485 quilômetros quadrados.

Só em Juara, Mato Grosso, o MapBiom, que reúne universidades e empresas de tecnologia, calcula que foram cortadas mais de 300 mil árvores no mês.

Efetivamente, há uma expansão de atividades na região, seja por mineração, por grilagem de terra, por expansão agrícola”, avaliou o coordenador do programa de monitoramento do Inpe, Cláudio Almeida.

Em maio, a ex-ministra Marina Silva publicou um artigo, com o título de “O Apagão Ambiental”, denunciando o desmonte – “extremamente agressivo”, disse ela – do sistema nacional de meio ambiente.

Tangido pelos interesses do consórcio da motosserra, Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles estabeleceram como ponto de honra rever as

de 88% do desmatamento da Amazônia é início do “apagão ambiental”).

Todo o seu governo é fixado em transgredir a lei e as conquistas da civilização – que tem como um de seus símbolos, a rejeição e criminalização do estupro.

Sua fixação num suposto estupro da Amazônia e do próprio Brasil, tem, também, outros motivos. Seus “apoia-dores” são os madeiros clandestinos. Seus “amigos” são os grileiros e mineradores. Suas patrocinadoras são as multinacionais americanas.

Por isso, inclusive, ele quer exterminar índios, infringindo e a acabando com a demarcação das reservas. Segundo um dos amigos íntimos de Bolsonaro, o miliciano rural Nabhan Garcia, nomeado secretário especial de Assuntos Fundiários, “o maior latifundiário do País é o índio”. A pedido desse cidadão, Bolsonaro demitiu da presidência da Funai o general Franklimberg Ribeiro de Freitas.

Da contraposição entre a virgem e o tarado, Bolsonaro está, sem possibilidade de dúvida, do lado do tarado. Inclusive do “tarado de fora”. Não por acaso ele disse lá nos EUA que está tudo à venda por aqui.

Bolsonaro declarou que não há desmatamento da Amazônia, no mesmo instante em que, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora a região por satélites, em tempo real, a Amazônia perdeu 920 quilômetros quadrados de floresta, neste mês de junho. Área quase igual à da cidade do Rio de Janeiro. Desafio, então, mostrarem áreas desmatadas. O Inpe mostrou.

demarcações das áreas de proteção ambiental, reservas indígenas e quilombolas tidas por eles como fatores que “dificultavam cada vez mais o nosso progresso aqui no Brasil”.

Procurando rebater a reação internacional a essa estupidez gananciosa e predadora, Bolsonaro declarou ao vivo e em cores: “Convidei inclusive Macron e Angela Merkel para sobreviver a Amazônia. Se encontrassem, num espaço entre Boa Vista e Manaus, um quilômetro quadrado de desmatamento, eu concordaria com eles”.

O MapBiom identificou muitos problemas exatamente nesse trecho sugerido por Bolsonaro. Foram mais de 2 mil alertas ou focos de desmatamento nos últimos seis meses (janeiro a junho). Segundo os pesquisadores, 95% foram desmatamentos ilegais.

No artigo, Marina sintetiza o significado dessa política com aguda precisão: “Sacrificar os recursos de um milênio pelos lucros de uma década”.

Ler e divulgar esse trabalho é um passo importante na luta para isolar e derrotar os promotores da tragédia que nos ameaça.

Íntegra do artigo de Marina Silva em www.horadopovo.org.br

S.R.

Para adular Trump, Bolsonaro vai à festa de 4 de julho na embaixada dos EUA

Jair Bolsonaro participou da festa pelos 243 anos da independência dos Estados Unidos celebrada na embaixada norte-americana em Brasília.

Foi o único presidente brasileiro a comparecer ao evento de 4 de julho.

Raramente ele vai a coquetéis de embaixadas para celebrar datas nacionais de países estrangeiros. Bolsonaro não foi, por exemplo, às comemorações da independência da Argentina (em 25 de maio) e ao Dia de Portugal (10 de junho).

Ele chegou à embaixada dos EUA ao som de ‘Born in the USA’ (Nascido nos EUA), do cantor Bruce Springsteen, acompanhado da mulher, Michelle Bolsonaro, e dos ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Sérgio Moro (Justiça) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia). Foi recebido pelo encarregado de negócios da embaixada, William Popp, já que o cargo de embaixador norte-americano está vago.

O próprio William Popp se mostrou surpreso com a presença ao registrar que foi a primeira vez que um presidente brasileiro foi ao evento de 4 de julho na embaixada dos EUA.

Em seu discurso, Bolsonaro se desmanchou em deleites aos ame-

ricanos. Exaltou o que ele chama de “boas relações” com o governo de Donald Trump. E se jubilou por ter encontrado Trump duas vezes.

Lembrou que no Japão, em 28 de junho, na reunião do G-20, fez um pedido a Trump. “Nessa viagem ao Japão fiz uma solicitação a ele [Trump]. Talvez ele venha à América do Sul, onde reuniríamos os países que abandonaram a esquerda e foram para o centro e para a centro-direita”. Isso no momento em que o próprio Trump acabou de se encontrar com o Kim Jong Un na Coreia Popular.

Bajulador, disse que se solidarizava com Trump porque o norte-americano enfrenta agora críticas por se recandidatar a presidente.

Esse é mais um item no capítulo das adulações de Bolsonaro a Trump. Ele já bateu continência para a bandeira norte-americana numa churrascaria nos EUA com gritos de “USA”, “USA”, “USA”... Já bateu continência para o conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, John Bolton, em viagem ao Brasil, em novembro do ano passado, após ser eleito.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Descoberta brasileira retrocede em 500 mil anos a saída de humanos da África

Em escavação no Vale do Rio Zarka, na Jordânia, cientistas descobriram pedra lascada por humanos há 2,4 milhões de anos, o vestígio mais antigo fora da África

A descoberta de cientistas brasileiros e italianos, durante missão na Jordânia, de pedra lascada por humanos há 2,4 milhões de anos revoluciona a história da humanidade. Até agora, tudo o que sabíamos indicava que o primeiro hominíneo a sair da África teria sido o *Homo erectus*, há 1,9 milhão de anos, mas a descoberta feita pela missão brasileiro-italiana muda tudo. O candidato mais forte a primeiro humano fora da África passou a ser o *Homo habilis*, com a descoberta das ferramentas de pedra na Jordânia com 2,4 milhões de anos, uma época em que não havia ainda o *Homo erectus*.

“É uma descoberta que muda muito do que pensávamos. Ela retrocede em 500 mil anos o momento em que acreditávamos ter saído da África”, afirmou o líder do grupo, o bioantropólogo Walter Neves, professor sênior do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP. O grupo também é composto por Fabio Parenti, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Istituto Italiano di Paleontologia Umana, Giancarlo Scardia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro, Astolfo Araújo, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, Daniel P. Miggins, da Oregon State University, nos Estados Unidos, e Axel Gerdes, da Goethe-University, Alemanha.

“A descoberta coloca, finalmente, o Brasil no seleto grupo de países que têm a expertise para fazer paleoantropologia internacionalmente”, afirmou Walter durante entrevista coletiva, no IEA da USP, em São Paulo.

O primeiro representante do gênero *Homo*, ao qual pertencemos, foi o *habilis*, que surgiu na África por volta de 2,5 milhões de anos atrás. Dele seguiu o *Homo erectus*, que surgiu há não mais de 2 milhões de anos.

Até agora, o vestígio humano mais antigo fora da África era de 1,8 milhão de anos, em Dmanisi, República da Geórgia, no Cáucaso. Se acreditava que por volta de 1,9 milhão de anos o primeiro grupo humano já estaria no Oriente Médio.

Os pesquisadores fizeram escavações entre 2013 e 2015 no vale do Rio Zarka, no norte da Jordânia, no Oriente Médio. Lá puderam identificar uma série de pedras intencionalmente lascadas de uma forma conhecida entre os paleoantropólogos como indústria Olduvaiense.

Quando foram datar a camada de solo em que as pedras lascadas estavam, descobriram que era de 2,4 milhões de anos, ou seja, antes mesmo dos *Homo erectus* terem surgido.

Dessa forma, a hipótese que resta é a de

que os primeiros hominíneos a saírem da África e se espalhar pela Europa e Ásia foram os *Homo habilis*.

O artigo acadêmico sobre o tema, no qual os pesquisadores apresentam toda a pesquisa, os métodos de datação utilizados, a descrição dos artefatos encontrados – são mais de mil ferramentas – o estudo geológico da região será publicado no sábado (6) na Quaternary Science Reviews.

PROBLEMAS ANTIGOS

Como apontou Walter Neves, o modelo no qual o *Homo habilis* nunca teria saído da África, enquanto o *erectus* teria sido o primeiro, carregou por décadas algumas inconsistências.

Cinco crânios encontrados na região do Cáucaso, atual República da Geórgia, datados de 1,8 milhão de anos atrás e com bastantes diferenças morfológicas entre si não eram bem explicados pelo modelo vigente. Eles tinham uma capacidade craniana que variava entre a do *habilis* e a do *erectus*. Por acreditarmos que somente os *erectus* haviam deixado a África, assim classificamos os crânios do Cáucaso.

Porém, com a recente descoberta podemos interpretar que os crânios encontrados na atual Geórgia são, na verdade, uma população de transição entre as duas espécies.

Outra incongruência do modelo vigente diz respeito aos *Homo floresiensis*, ou os Hobbits da Ilha de Flores, na Indonésia. Há cerca de dez anos, esqueletos datados de 90 a 20 mil anos atrás foram encontrados na Ilha. Eram, porém, esqueletos de um metro de altura com uma capacidade craniana muito reduzida, menor do que um chimpanzé.

É comum que espécies que viviam no continente e passaram a viver em uma ilha encolham de tamanho. Na Ilha de Flores também foi encontrada uma espécie anã de elefante. O modelo vigente tentava explicar que os Hobbits da Ilha de Flores, que tinham 1 metro de altura e 350 cm³ de capacidade craniana, descendiam dos *Homo erectus*, que chega a ter 1,70 m e 850 cm³ de capacidade craniana. Não ficava bem explicado que força evolutiva conseguiria reduzir o cérebro do *erectus* nestas proporções.

Com a recente descoberta da equipe brasileira e italiana, a melhor explicação, afirma Walter Neves, passa a ser de que o *Homo floresiensis* é uma derivação do *Homo habilis*, que tinha cerca de 1,20 m de altura e 650 cm³ de capacidade craniana e fora encolhido pelo chamado “efeito ilha”.

PEDRO BIANCO



Réplicas de crânios de hominídeos expostas em coletiva de imprensa no IEA

Cientistas realizam marcha contra o obscurantismo na avenida Paulista

Cientistas, pesquisadores, professores universitários e estudantes de São Paulo realizaram, neste domingo (07), a “Marcha pela Ciência” na Avenida Paulista. Eles criticam os cortes e a perseguição do governo Bolsonaro ao desenvolvimento científico e educacional no país.

O dia foi composto por diversas atividades que tinham por objetivo aproximar as pessoas dos trabalhos científicos realizadas nos institutos de pesquisa e nas universidades e protestar contra os cortes nas pastas de educação e ciência e tecnologia.

Por volta das 14h, os presentes realizaram uma passeata até o Museu de Artes de São Paulo (MASP) denunciando os cortes das bolsas fornecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligados ao Ministério de Ciência e Tecnologia e da Educação, respectivamente.

Marimélia Porcionatto, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), denuncia que “as universidades federais estão lamentáveis e não vão conseguir funcionar no segundo semestre se não for devolvido o dinheiro que foi cortado. A UFBA anunciou a pouco que vai funcionar só meio período por não ter recursos para pagamento das despesas básicas. Num cenário como esse, nós viemos às ruas mostrar



Centenas de pessoas participaram do ato no domingo

para a população com essas atividades o que fazemos em nossos laboratórios e que temos ciência em tudo que a gente vive no dia a dia. Então precisamos nos unir e conquistar o apoio da população para barrar esses cortes”.

Para a professora do Instituto de Oceanografia da USP (IO-USP), Vivian Pellizari, “nós já passamos por algumas fases com mais apoio e outras com menos apoio para a ciência. Mas nunca uma fase como esta com retrocessos, como está acontecendo hoje no país. Não nos resta outra ação senão lutar pela ciência e mostrar para o povo sua importância. Acho que não vamos conseguir mudar a opinião do governo, por isso defender e divulgar a ciência se faz tão importante hoje”.

Os cientistas denunciam ainda, a tentativa de criminalizar as universidades que o governo

federal vem colocando em prática, onde o próprio ministro da educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, tenta justificar à população que os cortes são devido a “balbúrdias” feitas dentro dos campi.

“Não existe nenhum país desenvolvido no mundo que não tenha um investimento na ciência e tecnologia e em pensamento crítico. A luta pela educação, ciência e tecnologia é uma luta pela soberania nacional. Sem ciência e tecnologia e pensamento críticos brasileiros não há soberania. Nós estamos aqui defendendo, portanto, a soberania nacional para que a gente possa dar ao Brasil e a seu povo o futuro que ele merece.”, disse João da Costa Chaves Júnior, presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP).



Bioantropólogo Walter Neves apresenta a descoberta realizada pela equipe na Jordânia

Aumento de 88% do desmatamento da Amazônia é início do ‘apagão ambiental’

Na quinta-feira, 4 de julho, deu no Jornal Nacional que o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) detectou o aumento de 88% no desmatamento da Amazônia. Segundo o Inpe, que monitora a região por satélites, em tempo real, a Amazônia perdeu 920 quilômetros quadrados de floresta, neste mês de junho – área quase igual a da cidade do Rio de Janeiro. Em junho de 2018, havia perdido 485 quilômetros quadrados.

Só em Juara, Mato Grosso, o MapBiomias, que reúne universidades e empresas de tecnologia, calcula que foram cortadas mais de 300 mil árvores no mês.

“Efetivamente, há uma expansão de atividades na região, seja por mineração, por grilagem de terra, por expansão agrícola”, avaliou o coordenador do programa de monitoramento do Inpe, Cláudio Almeida.

Em maio, a ex-ministra Marina Silva publicou um artigo, com o título de “O Apagão Ambiental”, denunciando o desmonte – “extremamente agressivo”, disse ela – do sistema nacional de meio ambiente.

Tangido pelos interesses do consórcio da motosserra, Bolsonaro e seu ministro Ricardo Salles estabeleceram como ponto de



honra rever as demarcações das áreas de proteção ambiental, reservas indígenas e quilombolas tidas por eles como fatores que “dificultavam cada vez mais o nosso progresso aqui no Brasil”.

Procurando rebater a reação internacional a essa estupidez gananciosa e predadora, Bolsonaro declarou ao vivo e em cores: “Convidei inclusive Macron e Angela Merkel para sobrevoar a Amazônia. Se encontrassem, num espaço entre Boa Vista e Manaus, um quilômetro quadrado de desmatamento, eu concordaria com eles”.

O MapBiomias identificou mui-

tos problemas exatamente nesse trecho sugerido por Bolsonaro. Foram mais de 2 mil alertas ou focos de desmatamento nos últimos seis meses (janeiro a junho). Segundo os pesquisadores, 95% foram desmatamentos ilegais.

No artigo, Marina sintetiza o significado dessa política com aguda precisão: “Sacrificar os recursos de um milênio pelos lucros de uma década”.

Ler e divulgar esse trabalho é um passo importante na luta para isolar e derrotar os promotores da tragédia que nos ameaça.

(S.R.)

O apagão ambiental

MARINA SILVA

É muito difícil fazer uma síntese da situação que o Brasil está vivendo, as agressões ao bom-senso são contínuas e caracterizam um clima de guerra em que o diálogo e o entendimento se tornam quase impossíveis. Esse é o governo do fim: vamos acabar com isso, vamos acabar com aquilo, extinguir, cortar, encerrar. Nenhuma política construtiva, só o desmonte do que existia antes.

Esse desmonte é extremamente agressivo no sistema nacional de meio ambiente. Estão ameaçados os marcos regulatórios, processos e estruturas que deram suporte às políticas de proteção de nossos ativos ambientais dos últimos trinta anos, levadas a cabo em diferentes governos de diferentes partidos. Isso acarretará graves e irreparáveis prejuízos ao futuro do país: na gestão e a proteção dos recursos hídricos, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nas ações de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia e demais biomas, no plano nacional de mudanças climáticas, nas políticas de proteção da biodiversidade, no licenciamento ambiental. Tudo está sob ameaça, o que desloca o Brasil da posição de respeito que havia conquistado no mundo, para uma espécie de pária ambiental. Em menos de 6 meses do novo governo, estamos vendo o Brasil se tornar um país do começo do século 20, onde poluição e destruição do meio ambiente eram sinônimo de progresso e “modernidade”.

Foi em função dessa ameaça sem precedente, que nós, ex-ministros de meio ambiente de diferentes governos em diferentes períodos, nos reunimos para nos posicionar conjuntamente, alertando a sociedade sobre os riscos de um verdadeiro apagão ambiental em nosso país.

Tomo emprestado do setor energético a palavra apagão, usada para caracterizar uma situação de crise estrutural no fornecimento de energia. É uma crise ambiental estrutural induzida que estamos vivendo, imposta pelo governo Bolsonaro. Um apagão energético, por falta de planejamento e investimento na geração e distribuição de energia, é uma situação que exige do país um enorme esforço de superação, mas é possível, em prazo razoavelmente curto, superar a crise. Um apagão ambiental, entretanto, é muito mais grave e suas consequências se estendem por várias gerações. Quem não acredita, pode olhar as imagens dos vales dos rios atingidos pelo rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho e imaginar quanto tempo vai demorar para que a vida, humana e da natureza em geral, se recupere.

O desmonte irresponsável é acelerado: a saída do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, a entrega da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, a extinção da Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas, o desmantelamento da Educação Ambiental e, agora, a decisão de rever 334 áreas de proteção ambiental administradas pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). O que está em curso é uma tentativa de acabar com os fundamentos legais sustentados pelo artigo 225 da Constituição Federal. Por ele, cabe ao Estado usar instrumentos de incentivos positivos e coercitivos para moldar os valores e comportamentos da sociedade em relação aos recursos naturais, de modo a que nosso estilo de vida e nossos modelos produtivos respeitassem os limites, a capacidade de suporte e regeneração dos ambientes naturais e a necessidade de preservar os biomas em que se sustentam as nossas vidas.

Para o grupo que promove o apagão, não é admissível que o Estado, mesmo sob pena de graves consequências para a saúde e o meio ambiente, imponha qualquer limite sobretudo ao interesse econômico.

No final das contas, é disso que se trata: sacrificar os recursos de um milênio pelo lucro de uma década. Todos os retrocessos já realizados, em curso e planejados, derivam dessa visão. E assim, uma das maiores potências ambientais do mundo pode ser devastada em poucos anos. Para enfrentar esse crime de lesa-pátria, dois caminhos são essenciais: mobili-

zar a sociedade em defesa de seu patrimônio ambiental e fazer valer judicialmente, nos tribunais, os preceitos de nossa Constituição, que está sendo atacada.

Nossa resistência é legal e pacífica. Infelizmente, não estamos enfrentando grupos com a mesma disposição para o diálogo e a paz, como mostra o aumento dos assassinatos e da violência contra as comunidades e suas lideranças, em todo o Brasil, numa guerra que tende a se agravar muito com a permissão irresponsável do uso de armas por grileiros e latifundiários. Devemos, apesar de tudo, manter o bom combate e a esperança de que a sociedade brasileira acorde para sua força e responsabilidade para com as futuras gerações.

Para encerrar, duas notas a propósito do desmonte do ICMBio e a revisão das unidades de conservação que revelam os despropósitos desse governo:

Despósito 1: Basta o anúncio da revisão das 334 unidades de conservação, já está dada a senha para que grileiros, exploradores ilegais de madeira e garimpeiros possam começar a invadir as áreas, principalmente aquelas em que a pressão é muito forte e há interesses econômicos para extingui-las. Além disso, torna extremamente vulnerável a atuação das pessoas que têm a função pública de fiscalizar e coloca em risco suas vidas.

Despósito 2: A criação do ICMBio, responsável pela Política Nacional de Unidades de Conservação, ocorreu mediante medida provisória aprovada pelo Congresso Nacional e referendada pelo STF. Para a seleção de seu presidente, foi constituído um comitê de busca com renomadas autoridades da área ambiental, como o recém-falecido professor Paulo Nogueira Neto. Foi considerada a trajetória dos candidatos, seu conhecimento técnico, experiência e capacidade de negociação. Indicações por critérios políticos e não técnicos, em desrespeito às normas legais de escolha do presidente do ICMBio, aconteceram no governo Bolsonaro em prejuízo da gestão do Instituto e das unidades de conservação.



Manifestação na semana passada dos policiais contra o projeto de Bolsonaro para a Previdência. Foto: ADFP

Policiais federais mantêm mobilização no DF contra a reforma da Previdência

A Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) está convocando a categoria para estar presente em Brasília, nesta semana, em defesa dos seus direitos previdenciários, em discussão na comissão especial da reforma da Previdência e perto de ir a plenário.

“A luta contra as inconsistências da reforma da previdência continua. O trabalho de convencimento com parlamentares da Comissão Especial da PEC 06/2019, iniciado na semana de 2 a 4 de julho no Congresso Nacional, em Brasília (DF), continuará na nesta semana, entre os dias 9 e 11”, diz a convocatória da Fenapef.

“Por esse motivo, a Federação Nacional dos Policiais Federais convoca toda a diretoria da entidade, sindicatos, membros do Conselho de Representantes, representantes sindicais e sindicalizados de todo o País para participarem da atividade relativa à votação da proposta no Congresso”.

“Como não será possível precisar a data de votação, a Fenapef sugere que os que se fizerem presentes em Brasília participem de todos os dias (de 9 a 11 de julho). A orientação é que todos venham de terno e gravata para entrada na Casa ou equivalente para o sexo feminino”, continua o texto da convocatória.

Para as lideranças da categoria, a proposta do governo fará “a aposentadoria do policial brasileiro a pior do mundo”.

Geraldo Magela/Agência Senado



Presidente Anfi, Floriano Martins de Sá Neto, participou de audiência

Para Ajufe, relatório da Previdência impõe “sacrifício desmedido” aos trabalhadores

Em nota pública divulgada na última sexta-feira (5), a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), criticaram a aprovação do texto da reforma da Previdência pela Comissão Especial da Câmara, na quinta-feira, dia 4.

O documento afirma que “a previsão de suposta regra de transição em prejuízo apenas aos agentes públicos federais civis com pedágio da ordem de 100%, que dobra o tempo que resta para a obtenção da aposentadoria,

além da previsão de obsolescência de uma idade mínima, que esvazia ainda mais a ‘transição’, configura regra manifestamente draconiana”.

Para as entidades, o texto discrimina, de maneira manifestamente desproporcional, e impõe “sacrifício desmedido”, aos servidores civis federais e aos beneficiários do regime geral da previdência social (INSS).

As entidades signatárias protestam ainda pelo total descaso ao esforço feito por elas no sentido de contribuir com o aperfeiçoamento do texto e que nenhuma das injustiças apontadas por elas em documentos, estudos e reuniões com o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente da Comissão Especial, o relator e vários líderes partidários, tenha sido atendido.

Nada foi corrigido no parecer, “como a significa-

tiva redução do valor das pensões, o aumento confiscatório das alíquotas previdenciárias ou mesmo a absurda regra de transição”, diz a nota.

Para a entidade, “todos os agentes públicos federais civis que ingressaram na administração pública a partir de fevereiro de 2003 já não possuem aposentadoria integral; que todos os que foram admitidos de 2014 em diante já estão submetidos às mesmas regras do regime geral (INSS) e também que aqueles que ingressaram antes desse período já foram atingidos, nos últimos 20 anos, por duas alterações no regime previdenciário - em 1998 e 2003 -, que criaram exigências mais rígidas, o que, segundo análise do TCU, feita nos autos do processo TC 001.040/2017-0, já permitiriam alcançar o equilíbrio financeiro em prazo breve”.



Seleção brasileira ergueu a taça de campeã da Copa América pela nona vez

Brasil ganha de 3 a 1 do Peru e é campeão da Copa América

Com o Maracanã lotado, a Seleção Canarinho venceu o Peru por 3x1, no domingo (07), e sagrou-se campeã da Copa América. Aos quatorze minutos, Everton, o “cebolinha”, artilheiro da competição, abriu o placar; depois de uma bela jogada de Gabriel Jesus pela direita e cruzamento na área para o jogador do Grêmio colocar a bola no fundo da rede.

O Brasil estava dominando o jogo quando, aos 43 minutos, o juiz marcou um pênalti, que foi confirmado pelo VAR. Tiago Silva, com mão quase no chão, teve contato com a bola, e o juiz marcou a penalidade. Paolo Guerrero, jogador do Internacional chutou na esquerda e

Alisson caiu para a direita. Com o empate o Peru melhorou seu jogo e pressionou o Brasil.

Mas, aos 48 minutos do primeiro tempo, quando tudo se encaminhava para um intervalo empatado, Artur fez uma bela jogada pelo meio, deixando Gabriel Jesus de frente para o gol. Jesus enfiou a bola no canto direito do goleiro peruano sem direito à defesa.

O segundo tempo manteve-se equilibrado até os 24 minutos quando Gabriel Jesus levou o segundo cartão amarelo, por uma entrada dura no adversário, e foi expulso. Daí em diante a seleção peruana pressionou bastante o Brasil.

Aos 41 minutos do segundo tempo, quando a

seleção peruana ainda pressionava, Everton cortou para o meio e entra na área peruana, sendo derrubado. O juiz marca pênalti, o VAR confirma, e Richarlison marca o terceiro do Brasil.

O lateral direito da seleção, Daniel Alves, recebeu o título de craque da competição. A seleção brasileira, com essa conquista, mantém a escrita de ganhar todas as competições da Copa América realizadas no Brasil.

Durante a premiação, Jair Bolsonaro recebeu vaias ao dirigir-se ao campo, provocando uma reação de seus apoiadores, que responderam aplaudindo para tentar abafar as vaias.

Além disso, tem a DRU, que desvia ‘uma média de R\$ 560 bilhões, cerca de R\$ 70 bilhões por ano, nos últimos 8 anos’

Em audiência pública realizada na terça-feira (02) pela Comissão de Desenvolvimento Humano e Legislação Participativa (CDH) do Senado, o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, denunciou que se não concedêssemos as isenções fiscais da contribuição social já teríamos uma economia maior que os R\$ 1 trilhão em 10 anos, como o propalado pelo governo Bolsonaro para aprovar o roubo da reforma da Previdência.

“Somente a renúncia de contribuição social representa mais de R\$ 1 trilhão em 10 anos. Temos em 2018, R\$ 150 bilhões de renúncias. Veja que tem uma diferença entre contribuição social e imposto. A contribuição social tem a finalidade específica de financiar os gastos dos programas garantidos pelo orçamento da seguridade social. E preciso ter uma política específica disso. Aqui está verdadeiramente um grande problema”.

Em sua apresentação, Floriano de Sá expôs a crescente política de renúncias fiscais nos últimos anos.

Em 2009, o total de renúncias foi de R\$ 53,5 bilhões, passando para:

R\$ 61,4 bi em 2010

R\$ 68,9 bi em 2011

R\$ 90,2 bi em 2012

R\$ 119,5 bi em 2013

R\$ 139,6 bi em 2014

R\$ 148,9 bi em 2015

R\$ 137,9 bi em 2016

R\$ 141,2 bi em 2017

Para o presidente da ANFIP, o governo não consegue justificar a necessidade de se fazer essa reforma e tenta empurrar goela abaixo um projeto que tem por objetivo tirar direitos do povo com argumentos falaciosos de déficit.

“E assustadora a manipulação nos dados que o governo está apresentando. Ele superestima a despesa e subestima a receita. Tem muitas inconsistências que não foram explicadas”, afirmou Floriano de Sá Neto.

Em sua explanação, Floriano argumentou que “somente na Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi uma média de R\$ 560 bilhões, cerca de R\$ 70 bilhões por ano, nos últimos oito anos. A partir de 2016, a DRU passou a representar 30% do total de receitas. A PEC 06 diz que vai retirar a DRU, mas o passado, que impactou todos os números de déficit. A gente simplesmente rasga o passado e não faz nenhuma observação?”.

A audiência foi convocada pelo presidente da CDH, o senador Paulo Paim (PTRS), e tratou dos resultados obtidos pela Comissão Parlamentar de

Inquérito (CPI) da Previdência Social e sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, a reforma da previdência de Bolsonaro e Guedes.

“Foi um grande diagnóstico feito na Casa, que o governo atual deixou de lado, em relação às soluções mais imediatas para gerir melhor a Previdência Social. Tenho certeza que não faltaria apoio popular e poder decisório dessas duas Casas, Câmara e Senado. Mas faltou vontade política”, disse Floriano.

Floriano denunciou ainda a tentativa do governo de jogar o povo contra o funcionalismo público imputando o “déficit” da Previdência – que ele próprio fabricou – aos servidores públicos.

“Essa discussão não pode ser feita assim. É preciso separar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime dos Militares. No serviço público já ocorreu uma profunda reforma, que a partir de 2013, ficou estipulado o teto de remuneração na aposentadoria igual ao do Regime Geral, tendo direito ao Regime Complementar; exatamente aos moldes da grande empresa”, explicou Floriano.

“Os servidores também continuam pagando a previdência mesmo depois de aposentado, inclusive a sua pensãoista recolhe esse imposto. Privilégio é ganhar acima do teto constitucional, o que realmente não tem que acontecer. Mas que não se impute ao servidor público, que paga mensalmente a sua contribuição, mesmo depois de se aposentar ou até o recebimento da pensão”, completou.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), apresentados pela ANFIP, a remuneração média dos servidores não é tão elevada quanto o governo propaga. Apenas 15,4% dos servidores ganham acima de R\$ 13.000,00. Mais de 50% ganham até 6,5 salários mínimos (cerca de R\$ 6.500,00).

“O governo deveria estar preocupado com problemas de gestão, como as fraudes e pagamentos indevidos de benefícios, com a deficiência no número de servidores do INSS, principalmente médicos peritos, excesso de judicialização de processos tratando do reconhecimento de possíveis erros de perícia médica”, disse o presidente da ANFIP.

Para Floriano a saída se dá por outros processos que não a reforma da Previdência, resolvendo questões sociais que impactam diretamente na arrecadação da seguridade social. “Com um Produto Interno Bruto (PIB) de menos de 1%, mais de 13,2 milhões de desempregados, cerca de 37 milhões de pessoas na informalidade, precisamos mesmo é com urgência de uma reforma tributária que seja justa e solidária, que tenha o viés progressista de maneira equitativa”, concluiu.

Empresário se suicida em frente ao governador em SE

O proprietário da Cerâmica Escurial, Sadi Paulo Castiel Gitz, cometeu suicídio na manhã de quinta-feira (4), em evento com a presença do governador de Sergipe e o ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque.

O suicídio aconteceu durante a abertura do ‘Simpósio de Oportunidades – Novo Cenário da Cadeia do Gás Natural em Sergipe’, no Hotel Radisson, em Aracaju.

De acordo com o Portal Infonet, que estava fazendo a cobertura do evento, o empresário levantou-se durante a fala do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas (PSD), e falou: “Governador você é um grande mentiroso!”, atirando logo em seguida na boca.

A organização do evento retirou todos os presentes do auditório com o intuito de resguardar o corpo. Após o ocorrido, o governo de Sergipe cancelou o evento.

MITSUI

A Cerâmicas Escurial foi fechada há pouco mais de dois meses devido à falta de condições para pagamento das contas de Gás. Segundo

o empresário, o governo de Sergipe e a multinacional japonesa Mitsui, proprietários da empresa de economia mista SERGAS, se negaram a negociar um acordo para que a Escurial continuasse funcionando e o fornecimento de gás foi cortado.

Em entrevista para a Nova Brasil FM, Sadi afirmou que apesar do governo de Sergipe e da Petrobrás serem sócios da SERGAS, quem dá as cartas na empresa são os japoneses da Mitsui.

“A Mitsui objetiva apenas e somente o lucro, ela não quer, sob hipótese alguma, negociar com os sergipanos, com os empresários, que passam neste momento por sérias dificuldades”, disse Sadi.

“A Escurial tem 70 anos e nunca deixou de pagar conta nenhuma. Nós queríamos fazer um acordo, mas a Mitsui, lá do Japão, decidiu que não. Que não faz acordo. Ou você paga, ou fecha as portas”, relatou.

O empresário destacou ainda que duzentas famílias dos trabalhadores foram prejudicadas com o fechamento.



Ministro João Batista Brito Pereira

Reforma trabalhista não gerou nenhum emprego, afirma presidente do TST

O ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, afirmou que “foi um equívoco alguém um dia dizer que a reforma trabalhista ia criar emprego”.

“O que cria emprego é o desenvolvimento da economia, é a estabilidade da economia, é o fomento à produtividade, à produção, é a atração a investimentos, enfim, algo que está fora da competência da Justiça do Trabalho”, disse o ministro em entrevista à BBC News Brasil.

Embora defenda que a reforma “moderniza, ou pelo menos favorece a modernização das leis de trabalho”, Brito Pereira reitera que “o que cria empregos são os programas de incentivo à produção, que geram bens, permitem o consumo e fazem girar a economia”, rebatendo a

intensa propaganda dos defensores da reforma, sancionada por Temer em 2017, de que a flexibilização das leis trabalhistas geraria milhões de empregos.

O discurso à época da reforma trabalhista era o mesmo dos alardeados agora, no governo Bolsonaro. A falácia de que as reformas, como a da Previdência, ou a Medida Provisória da Liberdade Econômica, as duas em tramitação no Congresso, serão a salvação nacional, com geração de milhões de empregos e aumento do PIB.

Com dois anos de reforma trabalhista, a realidade do país é que o desemprego atinge hoje 13 milhões de brasileiros, 28,5 milhões de trabalhadores subutilizados e 4,9 milhões de pessoas desalentadas, ou seja, que desistiram de procurar emprego.

Israel: imigrantes rechaçam racismo após o assassinato de jovem etíope por policial

Líderes dos israelenses de origem etíope anunciaram, após assembleia comunitária, realizada no sábado, dia 6, a continuação das manifestações em rechaço ao assassinato do jovem Solomon Tekah, de 19 anos, morto por policial fora de serviço no dia 30 de junho. A principal das manifestações está marcada para esta segunda-feira, dia 8, em Tel Aviv.

É uma retomada dos protestos que durante três dias, na semana passada, tomaram conta de diversas cidades israelenses, incluindo Haifa e Tel Aviv, com queima de pneus, bloqueio de estradas e concentrações e protesto no interior de estações policiais.

A família Tekah reside em Kiriat Haim, localidade próxima à terceira maior cidade israelense que é a cidade portuária de Haifa. Ela pediu, na quarta-feira, uma trégua nos protestos até o fim do luto de sete dias, que terminou este domingo, dia 7.

Worka e Wbjig Tekah, pais de Solomon, com foto de seu filho, de 19 anos, morto por um policial israelense – foto Menahem Kahana – AFP

“Vamos para as ruas para que não haja outro Solomon Tekah”, afirma a declaração das lideranças etíopes na convocação dos atos desta segunda-feira.

Nas manifestações da semana passada os participantes denunciaram a sistemática discriminação sofrida pelos integrantes da comunidade etíope em Israel. O funeral do jovem Solomon, na terça-feira, dia 2, também se transformou num grande protesto contra o racismo israelense. Houve confrontos com policiais que buscavam romper os bloqueios de estrada.

Primeiramente, o ministro da Segurança, Gidal Erdan, ao invés de condenar o racismo que se manifestou no assassinato do jovem, condenou a “violência intolerável dos manifestantes”, mas, a seguir, acabou admitindo que ela resultou “de uma explosão de dor e ira por jovens e adolescentes que verdadeiramente sentem que não lhes há futuro aqui e que eles são julgados pela cor de sua pele”.

Na mesma linha do seu ministro, o premiê Bibi Netanyahu declarou que a morte de Solomon Tekah foi “uma tragédia” mas acrescentou que “a violência [nas manifestações] não será tolerada”.

Os organizadores dos protestos lembraram que o governo israelense havia prometido “reformas” para acabar com a brutalidade policial e o racismo sistemático contra os imigrantes vindos da Etiópia, mas nada foi implementado desde as grandes manifestações, ocorridas três anos atrás, contra o racismo que os atinge.

Demonstrando que, para ele, o principal problema não é o racismo que aflige os etíopes e sim o seu protesto após anos de espera por medidas contra a discriminação, Bibi acrescentou que “não podemos assistir ao violento bloqueio de estradas. Não podemos permitir os coquetéis molotov. Isto é inconcebível e a polícia irá para as ruas de acordo e para impedir tudo isso”.

Na sexta-feira, a TV israelense Canal 13, informou que funcionários do Ministério da Justiça, que investigam a conduta do policial que matou Solomon, tendem a propor apenas uma advertência disciplinar contra ele. O pai de Solomon, Worka Tekah, repudiou a reportagem televisiva dizendo que “são vazamentos que visam distrair o público da questão principal: um jovem israelense de origem etíope, desarmado, recebeu um tiro mortal de um policial”.

O advogado do policial, que está em prisão domiciliar, disse que seu cliente agiu em “legítima defesa”, pois tentava despartar uma briga de rua quando foi atacado a pedradas por três jovens. A repórter do jornal israelense Haaretz, Noa Spiegel, contesta essa versão afirmando que testemunhas do assassinato declaram que a distância entre o policial e o jovem morto era de cerca de 30 metros e que o policial não corria nenhum risco de vida.

PNina AGENCYahu, israelense de origem etíope que trabalhou para a Agência Judaica de Israel, ajudando na recepção dos judeus etíopes no país lançou um pungente manifesto, intitulado “Detidos, presos e mortos a tiros: a violência policial está empurrando os etíopes israelenses ao medo, fúria e desespero”, publicado pelo jornal Haaretz. Aqui vão alguns dos seus trechos:

“Na semana passada, muitos lugares em Israel estavam em chamas nos protestos de israelenses de origem etíope contra a violência policial, mas o fogo real e mais significativo não foi coberto pela mídia. São as chamas que queimam os nossos corações.

As vezes sentimos o ardor de querer sair daqui, de irmos a um lugar onde não sejamos tão prejudgados. Sentimos arder a vontade de gritar: Basta! De nos pormos de pé e fazermos balançar este sistema torto. O que nos arde é que vocês nos vejam como somos: pessoas.

Estes têm sido dias em que tenho andado com meu coração dolorido, uma ferida que é maior do que eu, porque é uma ferida que não é somente minha.

Eu me sinto desesperadamente triste pela família de Solomon Tekah – que sua lembrança seja abençoada – por perderem seu filho e por saber que, com ela, já contamos o inacreditável número de 11 famílias enlutadas por jovens etíopes enterrados após atingidos por fogo policial.

Eu estou ferida por que nosso governo não quer saber de abraçar nossa dor. Estou ferida porque pessoas em meu entorno não querem entender porque é um assunto importante que um policial tenha atirado em um jovem. Estou ferida porque tiros da polícia já mataram dois de nossos jovens somente nestes últimos seis meses.

Eu me sinto ferida porque uma percentagem desproporcional de menores etíopes já foram parar na cadeia [informe de uma agência governamental, divulgado pelo jornal Jerusalem Post, detalha que o número de menores de origem etíope presos em Israel em 2018 foi de 5,4% para uma população desta origem de 1,7%] – enquanto jovens de outras origens, ao invés de cadeia, recebem apoio, terapia e tratamento.

Não é razoável que os jovens etíopes em Israel comecem a sentir que o único caminho para comunicar sua legítima dor e ira seja através da violência. É o caminho errático que essas crianças acabam sentindo e levando dentro de si ao longo de anos. Eu me sinto muito frustrada pelo fato de que muitos protestos acabaram como acabaram. Ninguém queria isso.

Mas, ainda assim, não consigo deixar de me perguntar: como foi que viemos parar aqui pensando pertencer a uma sociedade? Um lugar no qual almejavamos ser como pessoas, em nosso país, e ter um futuro...O que vamos dizer aos nossos filhos?

Eu tenho esperança de que haja melhor entendimento. De que todos nós nos vejamos, uns aos outros, como pessoas. Que respeitemos uns aos outros. Que reconheçamos que estamos todos juntos aqui, como parte da mesma história.

Abram seus olhos.

De forma que possam nos ver: “Belas e sinceras palavras as de PNina AGENCYahu. O que aqui falta a ela reconhecer é que distorções racistas como as que agora a ferem tão profundamente, assim como a toda a sua comunidade, tendem a ocorrer e até a se aprofundarem enquanto o regime de apartheid israelense estabeleça que é “válida e legal” a existência de um Estado só para os judeus enquanto segrega, vilipendia, assalta e reprime tanto os vizinhos como seus próprios cidadãos palestinos.

NATHANIEL BRAIA

México: ex-diretor da Pemex tem prisão decretada por suborno da Odebrecht



“Esperamos que este seja o começo de uma nova era”, afirma o líder Omar al-Degair

Sudaneses celebram nas ruas acordo com formação de Conselho de maioria civil

“Hoje, nossa revolução venceu e nossa vitória brilha”, afirma, na sexta-feira, 5, a declaração da Associação dos Profissionais Sudaneses (SPA), informando do acordo entre os representantes das organizações populares, indicados pela SPA e pela Aliança por Liberdade e Mudança (ALM) e os representantes do Conselho Militar de Transição (TMC) que havia sucedido o afastado ex-presidente Omar Bashir.

Horas antes, Mohamed Hassan Lebatt, mediador indicado pela União Africana e que atuou junto com o enviado da vizinha Etiópia, durante o encontro entre as partes e que durou dois dias, 3 e 4, anunciou o acordo.

O anúncio do entendimento foi celebrado nas ruas de Cartum, apesar de muitos dos presentes ainda expressarem ceticismo quanto a sua materialização, em especial depois da violenta repressão que se abateu sobre os manifestantes no dia 3 de junho e nos que o sucederam causando a morte de 135 pessoas, segundo as organizações populares com 78 mortes admitidas pelos governistas, que, no entanto, negam participação na violenta repressão.

O ACORDO

Pelo protocolo assi-

nado será formado um novo Conselho Soberano que governará o país por três anos e três meses até a posse de um novo governo eleito.

O Conselho terá 11 membros, 5 militares, 5 indicados pelas organizações populares e um civil indicado de comum acordo entre as partes.

O comando do Conselho será rotativo, sendo que nos primeiros 21 meses será exercido por um indicado pelos militares e nos 18 meses subsequentes por um líder indicado pelos civis.

Também faz parte do acordo o compromisso de que será organizada uma comissão de inquérito independente para investigar os eventos mortais que tiveram início com a queda de Omar Bashir em abril.

A Associação dos Profissionais destaca que terá papel central na indicação de um gabinete ministerial provisório.

“UM PRIMEIRO PASSO”

Omar al-Degair, um dos líderes da Aliança por Liberdade e Mudança declarou que o acordo “abre o caminho para a formação das instituições da autoridade transicional e esperamos que este seja o começo de uma nova era”.

O formato final do do-

cumento será apresentado nos próximos dias.

Khaled Omar, um dos líderes das manifestações destacou que “a transferência de poder para uma autoridade transicional com maioria civil significa que a revolução colocou seus pés na trilha para que seus principais objetivos sejam atingidos.

“É um primeiro passo”, afirma Khaled.

Antes da repressão ao acampamento dos manifestantes, no dia 3 de junho, as negociações haviam chegado a um impasse uma vez que os integrantes do Conselho Militar Transicional não queriam – como reivindicavam as organizações populares – entregar o poder aos civis.

Outro manifestante, Ashraf Mohamed Ali, presente nas celebrações pelo anúncio do entendimento, acrescentou que está “feliz pelo acordo que é positivo para o Sudão, mas quero vê-lo implementado de fato”.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, também saudou o pacto e pediu para que as partes “garantam a implementação do acordo a tempo, com transparência e inclusão e que todas as pendências sejam resolvidas através do diálogo”.

recebidas na Itália. Por razões de segurança, o porta-voz da organização, Ruben Neugebauer, não indicou quando a jovem deixará o país.

Em comunicado, a capitã comemorou a decisão. Segundo ela, a decisão da juíza é “uma grande vitória da solidariedade para com os migrantes e contra a criminalização daqueles que querem ajudá-los”.

Licenciada em Ciências Náuticas pela Universidade de Ciências Aplicadas de Jade, na Baixa Saxônia (Alemanha), Carola Rackete, de 31 anos, tem mestrado em Conservação do Meio Ambiente pela Universidade de Edge Hill, na Inglaterra, segundo a agência EFE. Tem certificado de primeiro oficial entregue pelo Escritório Federal de Navegação e Hidrografia da Alemanha.

Colabora com a ONG alemã Sea Watch Internacional desde 2016, o que a levou ao Mediterrâneo, por onde milhares de imigrantes, vítimas de terríveis condições de vida, tentam chegar à Europa.

Itália: Justiça liberta capitã de navio humanitário que salvou 40 imigrantes

A juíza italiana Alesandra Vella, de Agrigento, região da Sicília, colocou em liberdade a alemã Carola Rackete, capitã do navio humanitário Sea-Watch 3 que desembarcou no porto de Lampedusa, no sábado (29), 40 imigrantes resgatados no Mediterrâneo. Depois de passar três dias em prisão domiciliar, em casa emprestada por conhecidos, a capitã foi libertada na terça-feira (2) à noite. O desembarque sem permissão foi o pretexto para sua prisão.

O vice-premiê e ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, inconformado, disse que “para a comandante criminosa está pronto o procedimento para expulsá-la para seu país porque é perigosa para a segurança nacional”.

E qual foi o perigo a que se refere Salvini? O navio de bandeira holandesa Sea Watch 3, da ONG humanitária do mesmo nome, que Carola conduzia, ficou 17 dias em águas internacionais esperando a autorização do governo italiano para atracar com 42 imigrantes a bordo, res-

Lozoya dirigiu a Pemex de 2012 a 2016, e foi um dos colaboradores mais próximos do ex-presidente Enrique Peña Nieto

Um juiz federal da Cidade do México emitiu mandados de prisão contra o ex-diretor da Petroleos Mexicanos (Pemex), Emilio Lozoya Austin, três de seus familiares e uma empresária do ramo imobiliário, relativos a propinas recebidas criminosamente da Odebrecht.

O padrão dos subornos era o mesmo praticado – e assumido – pela empresa brasileira na Argentina, Colômbia, República Dominicana, Equador, Guatemala, Panamá, Peru e Venezuela, na América Latina, e em Angola e Moçambique, na África, envolvendo centenas de milhões de dólares.

De acordo com a Procuradoria Geral da República (PGR), a “formação de quadrilha” envolve além de Emilio, Marielle Helene Eckes (esposa), Gilda Margarita Austin (mãe), Gilda Susana Lozoya (irmã) e a “empreendedora imobiliária” Nelly Maritza Aguilera Concha. Todos os cinco ampla e generosamente beneficiados pelos contratos ilegais e milionários com a Odebrecht.

“Este caso, tão grave para a imagem do país, para a sua respeitabilidade e confiança, foi iniciado pela Procuradoria Geral da República em 2017 e até o momento não havia dado resultado”, lembrou Alejandro Gertz Manero, no dia 6 de maio, quando completou 100 dias à frente da instituição ministerial.

Nesta semana, a Procuradoria formalizou a solicitação para que policiais de 180 países possam colaborar na localização e detenção de Lozoya e dos demais membros da quadrilha.

Lozoya, que dirigiu a Pemex de 2012 a 2016, foi um dos colaboradores mais próximos do ex-presidente Enrique Peña Nieto (2012-2018) e enfrenta há um mês outra ordem de prisão por “lavagem de dinheiro”. No primeiro caso, Lozoya estaria envolvi-

do diretamente com a compra de uma siderúrgica pelo valor de US\$ 500 milhões, denunciado como excessivo, e que lhe teria possibilitado a compra de uma residência luxuosa.

Segundo informações da PGR, no último ano foi concluída a entrega das informações financeiras das instituições bancárias sediadas na Suíça e, dois meses atrás, foram efetuados interrogatórios a membros da Odebrecht relacionados à suposta entrega de 13 milhões de dólares para Lozoya. Durante a gestão de Lozoya, em apenas uma das negociações, a Pemex comprou da Altos Hornos do México uma fábrica de fertilizantes a um preço 10 vezes superior ao seu valor.

No caso mexicano, por crimes anteriores, a Odebrecht já estava inabilitada de participar “em procedimentos de contratação ou de celebrar qualquer contrato” com a administração pública federal, empresas estatais ou subsidiárias, e mesmo com governos estaduais quando utilizarem recursos federais.

Também arrecadador da campanha de Peña Nieto, Lozoya recebeu da empresa brasileira propinas de pelo menos US\$ 10 milhões para que a construtora brasileira – vitaminada com recursos públicos do BNDES – ganhasse contratos fraudulentos para realizar diversas obras no país. Como retribuição, também seria repassado à empresa os negócios de água e eletricidade no Estado de Vera Cruz, para o qual a Odebrecht recebeu inclusive diversas autorizações do governo federal mexicano.

Os dólares do suborno foram pagos no próprio México, conforme testemunharam aos fiscais da Lava Jato os ex-diretores da Odebrecht Luis Alberto de Meneses Weyll, Luiz Mameri e Hilberto da Silva, citando por menores como datas, nomes, quantias e contas bancárias.

Buenos Aires: River Plate recebe em seu estádio os sem-teto ameaçados pelo frio

O Clube de Futebol River Plate abriu desde a noite de quarta-feira, 3, as portas de seu estádio – o maior da Argentina – para refugiar centenas de pessoas em situação de rua, na noite mais fria do ano

A morte de Sergio Zaccarias, desempregado de 53 anos que morreu no final de semana por hipotermia a poucos quarteirões da Casa Rosada, sede do governo nacional, e de outras quatro pessoas no país, deixou em evidência a tragédia provocada pela política antipopular e antinacional de Mauricio Macri.

Com uma situação inédita de milhares de famílias que tiveram que ir morar nas ruas, não só na capital, mas também na província de Buenos Aires e em outros estados, a solidariedade de entidades e de toda a sociedade cresceu e se organizou e é o que tem impedido das consequências do desgoverno macrista serem mais desastrosas ainda.

A organização social Rede Solidária, presidida por Juan Carr, apoiou a iniciativa do River, reunindo ajuda na capital e em todo o país. Na quinta-feira, 4, diante da continuidade do frio polar se somaram à solidariedade outros clubes de futebol, como o Racing, para ainda recolher roupa, cobertores, colchões e comida, enquanto que são milhares os refeitórios solidários que abastecem pessoas desesperadas que não conseguem pagar seus alugueis nem as elevadas tarifas dos serviços que foram privatizados.

Na Argentina, a inflação de maio foi de 3,1% de aumento em relação ao mês anterior, número que elevou a taxa interanual a 57,3%. Durante o ano de 2018, a pobreza aumentou de 25,7% a 32% mostrando a grave situação da população. E

para completar, os juros argentinos são agora os mais altos do mundo.

As demissões em massa continuam e as novas cifras oficiais determinam que a crise econômica golpeou profundamente a indústria, que não consegue deter a queda: há 13 meses registra cifras negativas. Os setores mais prejudicados foram o automobiliz e o têxtil. Cada dia são fechados entre 30 e 40 estabelecimentos comerciais na capital.

Sem pestanejar, durante sua recente estadia na Europa, o presidente Macri disse que a Argentina produz alimentos para mais de 400 milhões de pessoas, que podia vender a bons preços. Mas não mencionou que nesse país a quantidade de indigentes aumentou até alcançar quase cinco milhões de habitantes e que mais de 50% das crianças estão no limite entre essa indigência e a pobreza.

De olho na proximidade das eleições presidenciais que ocorrerão em outubro, setores ligados ao governo tentaram denegrir a ação do River e inclusive um deputado do partido Cambiemos, Fernando Iglesias, falou que “isso de pessoas nas ruas” é “uma opereta” montada pelo peronismo.

Carr, da Rede Solidária, informou que três das vítimas do descaso do governo com a população de rua morreram em localidades da província de Buenos Aires, uma em Jujuy (nordeste do país) e a última na capital argentina. Outras organizações avaliam que a quantidade de mortos é muito maior, porque não estão nesta conta todos os que foram recolhidos em fase terminal pelos hospitais e acabaram morrendo “em meio ao abandono”.

SUSANA LISCHINSKY

Marinha britânica pirateia petroleiro do Irã para atender pedido norte-americano

O governo iraniano classificou de “pirataria marítima” o confisco por fuzileiros navais ingleses do superpetroleiro iraniano Grace 1 nas águas ao largo de Gibraltar, e exigiu sua imediata liberação. O ato de provocação ocorreu na manhã de quinta-feira (4).

O embaixador Rob Macaire foi convocado pela chancelaria iraniana e informado de que o Irã empregará todas as suas capacidades políticas e legais para garantir a imediata liberação de seu navio e proteger seus direitos.

Uma importante autoridade iraniana sugeriu a aplicação do princípio de reciprocidade, com a captura de um petroleiro britânico no caso de Londres se recusar a libertar a embarcação iraniana que deteve ilegalmente em Gibraltar, registrou a PressTV. Assim como não há como entrar no Mediterrâneo vindo do Atlântico sem passar por Gibraltar, sob controle inglês, no Golfo Pérsico, o mesmo acontece em relação ao controle do Irã sobre o Estreito de Ormuz, por onde passa um quinto do petróleo comercialiado no planeta.

“Se a Grã-Bretanha não libertar o petroleiro iraniano, é dever das autoridades fazer uma ação recíproca e capturar um petroleiro britânico”, disse o general Mohsen Rezaei, um dos principais generais do IRGC e secretário do Conselho de Agilidade do Irã. Ele acrescentou que nos seus 40 anos de história a República Islâmica do Irã nunca foi a iniciadora da tensão, mas também nunca hesitará em responder aos agressores.

ILEGALIDADE

O chanceler espanhol Josep Borrell, já indicado para ocupar o mais alto posto da diplomacia europeia, afirmou que a Espanha estava investigando a apreensão do navio e como isso afeta a soberania espanhola, como parece ter ocorrido em águas territoriais espanholas – Madri não reconhece como britânicas as águas em torno de Gibraltar.

O ato foi visto por Madri como “a implementação de um tipo de sanções extraterritoriais, apesar do fato de que a União Europeia tem sido invariavelmente contra essas proibições”. Para Teerã, a apreensão do petroleiro é “um passo destrutivo”, que contribui para uma maior escalada das tensões na região.

A apreensão do superpetroleiro foi cometido à revelia de qualquer autorização do Conselho de Segurança da ONU. O petróleo tinha como destino a Síria.

Como o petroleiro do Irã carregava combustível e óleo para o povo sírio apenas com objetivos humanitários, a medida tomada pelo governo britânico “não é apenas ilegal, mas também desumana”, registrou a PressTV. “O Irã e a Síria desfrutam de vastos laços comerciais e comerciais e, de acordo com a lei internacional, a Grã-Bretanha não tem o direito de interferir em suas relações”.

O regime Trump prometeu reduzir as exportações de petróleo do Irã para “zero”, como parte das sanções que impôs após a saída unilateral do acordo assinado pelo Irã com os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha, acordo ratificado pela Resolução 2231 da ONU. O acordo foi negociado durante três anos pelo antecessor de Trump, Barack Obama e assinado em 2015, e rigorosamente cumprido por Teerã, conforme atestou a Agência de Energia Atômica (AIEA).

NÃO-PROLIFERAÇÃO MANTIDA

Além desse tipo de provocação, cinicamente Washington também tem feito o maior alarido sobre o “desrespeito” do Irã ao tratado que o próprio governo Trump rasgou, após Teerã ter anunciado que ultrapassou o limite do estoque de urânio pouco enriquecido (UEL) de 300 quilos. No entanto, o enviado russo à AIEA, Mikhail Ulyanov, esclareceu que, como normal geral, a agência nuclear da ONU não impõe quaisquer limitações ao volume desse produto, bastando que esteja sob controle internacional, conforme o sistema de Não-Proliferação.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Zelaya: “crise em Honduras exige o fim dessa ditadura”

Os “massivos níveis de protesto” que varrem Honduras representam um enorme desafio para o atual governo, uma vez que se eleva a pressão sobre o presidente Juan Orlando Hernandez (OJH), para que renuncie, afirma o líder hondurenho Manuel Zelaya, cuja posse à presidência foi impedida em um golpe articulado em conluio com a Casa Branca, em 2009.

“A ditadura tem que acabar cedo ou tarde”, acrescenta Zelaya em um período em que as forças armadas do país executam uma ampla repressão contra a onda de manifestações que marcam os dez anos do golpe e a denúncia da crise marcada pelo desemprego, pela corrupção, êxodo em massa em direção ao norte (na tentativa de sobrevivência negada por quem aprofundou a crise: os Estados Unidos.

Prosseguem os atos de protesto que ganham repercussão após a morte de três manifestantes atingidos por tiros, segundo denúncia de parentes, disparados por militares. Na segunda-feira, forças militares invadiram a Universidade Nacional Autônoma de Honduras e abriram fogo contra estudantes que se manifestavam. Há informações de que quatro ficaram feridos e foram levados a hospitais.

Zelaya repudiou o apoio de Washington a um “governo que reprime a oposição e o protesto”. O grito de “Fora JOH!” ecoa por toda Honduras desde abril, quando o anúncio de uma “reforma no setor público”, foi rechaçada pelos trabalhadores da Saúde e da Educação. Eles denunciaram que tais “reformas” levarão a demissões em massa e ao encarceramento para a privatização das unidades e serviços públicos do setor.

Mais recentemente, caminhoneiros e até setores da polícia hondurenha aderiram aos protestos.

As manifestações e greves fizeram com que o presidente hondurenho fosse à televisão, embora tenha sido para bravatear desafiando o movimento nacional por seu afastamento: “Vou trabalhar até o último dia de meu mandato”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Superlotação e maus-tratos nas prisões de imigrantes nos EUA



Famílias em condições desumanas na prisão de imigrantes de McAllen, no Texas

Burocratas da União Europeia escalam titular da Defesa alemã e a chefe do FMI para arrochar na CE e no BCE

O ex-deputado inglês e apresentador da RT, George Galloway, ironizou a escolha, após vários dias de conchas e rasteiras, dos novos líderes da Comissão Europeia & Banco Central Europeu, respectivamente a ministra da Defesa alemã Ursula von der Leyen e a até aqui diretora-gerente do FMI, a francesa, de notória trajetória pró-americana, Christine Lagarde: “será que alguém espera que elas mudem o status quo neoliberal?”

O signficado disso tudo para os cidadãos da Europa e para o mundo, asseverou, será “desemprego em massa e migração interminável nos Estados membros mais pobres e periféricos, austeridade e desemprego em massa de jovens, mesmo nos Estados mais ricos”.

Como observou o ex-deputado, “uma antiga apparatuschik do FMI não fará nada para alterar a maré neoliberal de eventos”.

A Comissão Europeia é o órgão executivo da União Europeia, enquanto o BCE, encabeçado atualmente pelo Goldman Sachs, perdão, pelo italiano Mario Draghi, dispensa apresentações. Para outras acomodações, há ainda o Conselho Europeu, que reúne os chefes de governo de cada Estado membro e tem um presidente, o Parlamento Europeu e seu presidente, e o chefe da diplomacia europeia. Na composição a que se chegou, é evidente o acerto entre Berlim e Paris.

LAGARDE: “NEGLIGÊNCIA”

Conhecido eurocético, Galloway troçou, ainda, que “uma ministra alemã da Defesa, fanática por um exército europeu – o que poderia dar errado?!” Aproveitou para tirar do baú a condenação de Lagarde por

negligência no uso indevido de fundos públicos quando era ministra da Fazenda de Nicolas Sarkozy: agora “recebe as chaves do maior banco de todos”.

Também não escapou de sua língua ferina o “regozijo” dos liberais da política de identidade “por causa dos cromossomos envolvidos”.

“Tanto Ursula von der Leyen, o falcão substituindo o alegre Jean-Claude Juncker, quanto Christine Lagarde, são mulheres. Que nenhuma das duas [assim como todos os que já ocuparam esses cargos antes] tenha um pingo de legitimidade democrática, mas uma imensa carga de poder, não importa nem um pouco”, alfinetou. “Pessoalmente, deixei de acreditar nesse tipo de coisa quando Margaret Thatcher abriu caminho pela década de 1980, deixando a indústria da Grã-Bretanha destruída”.

Comentários de Galloway à parte, quando as águas ficaram mais turvas nas negociações, o argumento de que por ser mulher ninguém ousaria vetá-la foi usado para empalar Frau von der Leyen. “A única maneira de garantir que o Parlamento (europeu) esqueça o spitzenkandidaten (sistema em que os blocos partidários indicam os nomes que concorrem à Comissão Europeia) é apresentar uma candidata, porque eles não vão se atrever a impedir que uma mulher presida a Comissão pela primeira vez”, explicou uma fonte na terça-feira (2) pela manhã.

Já para breacar o candidato alemão ao BCE, o presidente do Bundesbank Jens Weidmann, que ninguém queria de jeito nenhum, o nome de Lagarde serviu

Governo Trump multa uma imigrante em US\$ 500 mil por resistência à deportação

Uma imigrante sem documentação que vive nos EUA há mais de duas décadas e que atualmente está refugiada em uma igreja no estado de Ohio, foi multada pelo governo Trump em quase meio milhão de dólares por resistir à deportação.

No início desta semana, o presidente Trump assinou uma ordem executiva para cobrar todas as multas de qualquer pessoa que tivesse ingressado ilegalmente no país.

Como revelou o jornal The New York Times, como parte da investida xenófoba em curso, o Serviço de Imigração e Alfândega (ICE, na sigla em inglês) passou a emitir multas astronômicas para forçar a deportação de imigrantes.

Edith Espinal, de 42 anos, está vivendo há 21 meses em uma igreja menonita na cidade de Columbus, que lhe concedeu santuário, que é como é chamado nos EUA a proteção aos imigrantes ameaçados de perseguição por Trump. Ela passa seus dias rezando e lendo no templo que a abriga. Seu país de origem não foi revelado.

“Eu não tenho essa quantia de dinheiro”, relatou Espinal ao NYT, acrescentando jamais ter imaginado que a imigração enviasse tamanha cobrança.

A agência anti-imigração de Trump anunciou que tem “o direito” de impor penalidades civis de até US\$ 799 por dia a imigrantes indocumentados que recusaram a deportação.

“O ICE está comprometido em usar vários métodos de conformidade, incluindo prisões, detenções, monitoramento tecnológico e sanções econômicas, para fazer cumprir a lei de imigração dos EUA e manter a integridade das ordens judiciais emitidas pelos juizes”, afirmou a porta-voz do serviço de caça aos imigrantes, Carol Danko.

A denúncia da nova modalidade de perseguição aos imigrantes pelo governo Trump – as multas extorsivas – ocorre em uma semana dominada pelas evidências de que os alertas de que os centros de triagem na

como uma luva.

“De fato, não havia democracia alguma”, assinalou Galloway quanto ao processo de decisão da cúpula de Bruxelas: “sem comícios, sem debate, sem votos, sem eleição”. “Nem mesmo fumaça branca da chaminé de Bruxelas para contar às centenas de milhões de cidadãos da UE quem seriam seus novos governantes”, acrescentou, comparando o processo todo a uma “negociação de cavalos”.

Quanto à política externa, que ficará a cargo do espanhol Joseph Borrell, seguirá “com medo de confrontar a lógica das crescentes diferenças da Europa com Washington – sobre as mudanças climáticas, o Irã, as guerras comerciais desencadeadas pelo presidente Trump e os confrontos enlouquecidos com o maior país da Europa, a Rússia”.

Galloway voltou a advertir que “sanções e o perigo da guerra à medida que a Otan se aproxima cada vez mais do coração da Rússia é uma receita para o desastre”. Ao que acrescenta que um ministro da defesa da Alemanha que deseja estabelecer um exército europeu “é igualmente impróprio que reduza as tensões”.

O demissionário primeiro-ministro belga, o liberal Charles Michel, foi escolhido presidente do Conselho Europeu. No Parlamento Europeu, acabou dando o italiano David Sassoli, do Partido Democrático (oposição a Matteo Salvini), que será presidente pelos próximos 2 anos e meio. Como prêmio de consolação, o alemão Manfred Weber, que era o candidato inicial de Merkel para presidir a Comissão Europeia, completará a segunda parte do mandato.

Leia texto completo em www.horadopovo.org.br

fronteira se transformaram em verdadeiros campos de concentração, com milhares de pessoas e crianças em jaulas superlotadas, sem direito a banho, comida precária, maus-tratos e até mortes.

Fotos da própria inspetoria-geral do Homeland, o Departamento de Segurança Interna, mostraram essas condições extremas, corroborando os alertas de advogados e parlamentares que foram até essas prisões na fronteira do Texas com o México.

Trump reagiu à repercussão do descalabro mostrado, correndo para tuitar para sua base eleitoral, de olho em 2020, que “se os imigrantes ilegais estão descontentes com as condições nos centros de detenção ... só lhes digam que não venham. Todos os problemas solucionados”.

Ele aproveitou para afagar sua gestapo da fronteira e seu “grande trabalho”, acrescentando que “muitos desses estrangeiros ilegais vivem muito melhor agora que (...) de onde vinham e em condições mais seguras”.

Superlotação e maus-tratos nas prisões de imigrantes nos EUA

Até o relatório do governo reconhece a “severa superlotação” e “detenção prolongada” de imigrantes, com crianças e adultos forçados a usar roupas sujas, falta de higiene e alimentação precária

Adenúncia de que os centros de detenção de imigrantes na fronteira com o México sob o regime Trump não passam de campos de concentração acaba de, praticamente, obter a confirmação oficial da inspetoria-geral do Homeland, o Departamento de Segurança Interna norte-americana, que em relatório publicado na terça-feira (2) reconhece a “severa superlotação” e a “detenção prolongada” de famílias, crianças desacompanhadas e adultos, forçados a usar roupas sujas durante semanas e sujeitos à falta de higiene, alimentação precária e surtos de doença e piolhos.

Sob a convocação de “Fechem os Campos Agora”, dezenas de milhares de pessoas foram às ruas na terça-feira em Nova Iorque, São Francisco, Boston, Milwaukee, Kansas e mais uma centena de cidades para repudiar a perseguição aos imigrantes, com cartazes como “nenhum ser humano é ilegal” e “famílias pertencem a comunidades, não a jaulas”.

O relatório está acompanhado de fotos deprimentes do que o chefe de um desses locais chamou de “bomba-relógio”. De tão cheias, nas jaulas no centro de detenção de McAllen, no Texas, um dos cinco inspecionados, os adultos só podem ficar em pé. Em dois desses centros, as crianças não haviam recebido uma refeição quente “até a semana da nossa chegada” – apesar de, assevera a fiscalização, existir em todos leite em pó, sucos e lanches, além de fraldas e lenços umedecidos. Em El Paso, havia quatro chuveiros para 756 imigrantes. Metade dos imigrantes detidos estava ao relento, no calor do Texas, lá dentro a superlotação ultrapassava em mais de quatro vezes a capacidade das celas. Uma foto, do prédio da Patrulha da Fronteira em Weslaco, mostra crianças e mulheres deitadas no chão, no mesm o local onde um adolescente de 16 anos da Guatemala morreu, em maio, com suspeita de gripe.

O sistema de campos de concentração contra imigrantes, desenvolvido ao longo de diferentes governos dos EUA e turbinado por Obama, atinge agora a plenitude com Trump e sua pregação xenófoba, como revela o relatório.

JAULAS

A inspeção, que se concentrou na área do Rio Grande, ao sul e leste do Texas, ocorreu na semana de 10 de junho, coincidentemente com a visita de um grupo de advogados a esses centros de detenção operados pela Gestapo da fronteira de Trump, cujos alertas sobre a criminoso situação a que estavam submetidas tantas crianças motivou a ida posterior a esses locais de uma delegação de deputados de origem hispânica.

No momento da inspeção, a Patrulha da Fronteira mantinha sob custódia oito mil pessoas, das quais mais de 40% já sob situação de ilegalidade, ao violar o limite máximo de 72 horas. Até 1.500 estavam ali “há mais de dez dias”.

Igualmente ultrajante era a situação vivida pelas crianças detidas nesses locais, 2.669 no momento da inspeção. Desses, 31% simplesmente em violação do limite legal para manutenção de menores sob custódia, em vigor há duas décadas, chegando nos casos mais extremos a até duas semanas, após processamento da papelada.

As crianças, registra o relatório, “não tinham acesso a chuveiros em três dos cinco centros de Patrulha da Fronteira que visitamos”, que reconhece que as diretrizes oficiais exigem “um esforço razoável” para fornecer banho para os menores que se aproximam de “48 horas de detenção”. Assinala, também, que nesses locais “não há roupa para trocar e não há lavanderia”.

Apesar de os regulamentos oficiais exigirem que os adultos tomem banho após 72 horas de detenção, o relatório admite que “a maioria

não tomou banho uma só vez apesar de estar detida há um mês”. No máximo, receberam lenços umedecidos para passar no corpo. “A maioria dos adultos usava as mesmas roupas com que chegara, dias, semanas e até um mês antes”.

A inspeção não pôde ignorar a resistência dos imigrantes a esses maus-tratos: “entopem banheiros com mantas de alumínio para que possam deixar a cela por algum tempo enquanto é feito o conserto”. Em um local, os agentes da fronteira chamaram a tropa de choque para forçar a volta dos imigrantes, que se recusavam a retornar depois da limpeza.

Em outro centro, a inspeção teve que ser “encurtada”, porque sua presença “estava alterando uma situação já difícil”. “Em particular, quando os detidos nos viram, eles começaram a bater nas janelas das celas, gritando e arremessando papéis”.

O relatório deixa escapar, ainda, que a imposição dessas condições degradantes é feita deliberadamente: “(A Patrulha de Fronteira) reconhece que há uma questão humanitária em deter adultos solteiros por tanto tempo”, mas acredita que se não tiver um sistema de contenção, seja por acusação ou detenção provisória, “o fluxo de imigrantes aumentará”.

“ÁGUA DA PRIVADA”

A bancada hispânica relatou condições degradantes e abuso de mulheres nos centros de detenção na fronteira em El Paso e Clint. Como denunciou a deputada Alexandria Ocasio-Cortez, “os guardas estavam mantendo as mulheres em celas sem água e lhes disseram para beber água das privadas”.

O agressivo e insolente comportamento da guarda da fronteira, diante da presença de fiscalização, está se tornando em novo escândalo nos já muitos escândalos da xenofobia de Trump. A entidade ProPublica revelou a existência de um grupo no Facebook com 9.500 operativos da repressão aos imigrantes, com piadas sádicas e racistas sobre mortes de imigrantes e fotos sexualmente explícitas.

Detentas disseram aos parlamentares que os guardas se acordavam a qualquer hora, xingando-as de ‘prostitutas’. A deputada Madeleine Dean descobriu 15 mulheres na casa dos 50 e 60 anos dormindo em uma pequena cela de concreto. Em outra, as mulheres “começaram a soluçar – por medo de serem punidas, por doença, desespero, falta de sono, trauma, desespero”, registrou Ocasio-Cortez.

Enquanto pai e bebê que se afogaram na semana passada ao serem arrastados pela correnteza do Rio Grande, na tentativa de cruzar a fronteira, eram sepultados em El Salvador, nova vítima do drama dos migrantes fugindo da miséria assombrosa, violência e falta de perspectivas na América Central. Na noite de segunda-feira, o Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) anunciou que Yimi Alexis Balderramos-Torres, um hondurenho de 30 anos sob sua custódia, morreu no domingo em um hospital da área de Houston. Ele é a sexta pessoa a morrer sob custódio do ICE desde 1º de outubro.

Na noite de terça-feira, começaram as buscas no Rio Grande de uma menina brasileira de 2 anos, que desapareceu na travessia das águas, conforme a mãe, uma haitiana, detida logo após.

Também na terça-feira, um juiz federal de Seattle bloqueou ação do governo para manter milhares de solicitantes de asilo sob custódia enquanto os casos estão sendo resolvidos. Decisão criticada pela Casa Branca por “conflitar o Estado de Direito” e encorajar “traficantes e contrabandistas”. Após as festas do 4 de Julho, Trump já anunciou que irá desencadear sua caçada aos imigrantes no país inteiro, peça central de sua campanha pela reeleição em 2020.

O puxa-saco da Corte (ou o patrono dos entreguistas) - 1

Cairu era um áulico, um bajulador da corte – qualquer uma, contanto que não fosse a de Napoleão, em quem enxergava um continuador da Revolução Francesa -, um cortesão

CARLOS LOPES

Não havia, antigamente, estudante que não ou- vira falar no visconde de Cairu. Menos por sua figura real, his- tórica, e mais pelas questões das provas de “admissão”, obriga- tórias para entrar no ginásio (o primeiro ciclo do ensino secundário, estabele- cido pela reforma do ministro Capanema em 1942, no gover- no Getúlio Vargas).

Cairu – de nome José da Silva Lisboa – era, segundo a historiografia que liamos então, o homem que conse- lhara D. João (depois D. João VI) a “*abrir os portos para as nações amigas*”, quando da chegada do príncipe português a Salvador, em 1808.

Ainda que essa “abertu- ra” favorecesse a Inglaterra e seus comerciantes, foi um rompimento com o estatuto colonial – até então, o Brasil somente mantinha relações econômicas diretas com um só país: a metrópole, Portugal. As próprias mercadorias ing- lesas – exceto, evidentemen- te, o contrabando – somente chegavam ao Brasil através de Portugal.

Não é preciso detalhar o que isso significava, como dupla exploração sobre o país.

Por isso, lá pela virada do século, escrevemos, em um texto sobre a História do Brasil, até hoje não publicado inteiramente:

“Desde 1808, com a che- gada de D. João – depois D. João VI -, a situação do Brasil mudara. Mesmo antes de aportar no Rio de Janeiro, sem consultar os ingleses que faziam a sua escolta, D. João, à conselho do visconde de Cairu, brasileiro formado na economia política clássica de Adam Smith, havia decreta- do a ‘abertura dos portos às nações amigas’.

“Ao contrário do que habi- tualmente se propala, a medi- da não agradou aos ingleses: seu representante no Rio, um certo Hill, dirigiu ao chefe em Londres, George Can- ning, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, um relatório onde se queixa- va de que a medida poderia favorecer outras nações, con- correntes da Inglaterra, e que melhor teria sido a decretação direta do privilégio – ou seja, do monopólio – na Inglaterra sobre o mercado brasileiro. Logo, chegaria ao Brasil outro agente inglês, o visconde de Strangford, designado para ser ‘conselheiro’ econômico de D. João, e cuja função inicial consistia em tirá-lo da influ- ência de Cairu.

“A abertura dos portos removeu um entrave ao pro- gresso do Brasil, com a quebra do monopólio dos atravessado- res da metrópole portuguesa, cujos lucros provinham da intermediação – até então obrigatória por lei – de merca- dorias inglesas para a colônia, revendendo-as a preços ex- torsivos, espoliando-a comer- cialmente, ao mesmo tempo que também intermediavam o fornecimento de produtos brasileiros para outros países, sobretudo, como é óbvio, à Inglaterra, a preços vis.

“Em seguida, Cairu con- venceu D. João a revogar o alvará de 1785, que proibia a existência de manufaturas no Brasil – assinado por sua mãe, D^a Maria, que, já imersa na loucura, também veio ao Brasil, e aqui faleceu.

“Chegava ao fim, dessa forma, outro obstáculo ao desenvolvimento do país – a luta de Tiradentes, que se chocara frontalmente contra o bloqueio à industrialização, começava a frutificar. Ainda logo após a sua chegada, D. João fundou o primeiro Banco do Brasil, dotando a colônia de um embrião de sistema financeiro.”

DECRETO E TRATADO

Não há nada, no trecho que citamos, que não seja verdade.

Mas ele é incompleto, ou pouco claro, em aspectos im- portantes – a começar pela intenção.

Esta consiste em separar o Decreto de Abertura dos Portos, de 1808, do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, assinado por D. João em 1810 – e que infernizou a vida do país até 1844, depois, portanto, da Independência.

Essa separação é justa – sobretudo porque a confusão entre um e outro é muito frequente.

Qual a diferença entre o Decreto de 1808 e o Tratado de 1810?

O Decreto de Abertura dos Portos, assinado a 29 de janeiro de 1808, quando o en- tão príncipe-regente D. João chegou à Bahia, consistia em dois pontos:

1) “... *que sejam admissí- veis nas Alfândegas do Bra- sil todos e quaisquer Gêne- ros, Fazendas, e Mercadorias transportadas, ou em Navios Estrangeiros das Potências que se conservam em Paz e Harmonia com a Minha Real Coroa, ou em Navios dos Meus Vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento, a saber: vinte de Direitos grossos e quatro de Donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes Direitos pelas Pautas, ou Aforamentos por que até o presen- te se regulam cada uma das ditas Alfândegas, ficando os Vinhos, Aguardentes, e Azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos Direitos que até agora nelas satisfaziam*” (grifo nosso).

2) “*Que não só os Meus Vassalos, mas também os sobreditos Estrangeiros possam exportar para os Portos que bem lhes parecer a benefício do Comércio, e Agricultura, que tanto desejo promover, todos, e quaisquer Gêneros, e Produções Coloniais, à exce- ção do Pau Brasil, ou outros notoriamente estancados, pa- gando por saída os mesmos Direitos já estabelecidos nas respectivas Capitânicas, fi- cando entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as Leis, Cartas Régias, ou outras Ordens que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o reci- proco Comércio, e Navegação entre os Meus Vassalos, e Es- trangeiros*”.

Realmente, essas decisões não agradaram aos ingleses.

Dáí a pressão por um trata- do exclusivo com a Inglaterra – e mais favorecido – por parte do governo de Londres.

Dois anos depois, esse obje- tivo foi atingido pelos ingleses, com a preciosa ajuda – como frisou Hipólito José da Costa em seu Correio Braziliense – do negociador português, Rodrigo de Souza Coutinho, o futuro conde de Linhares.

A diferença em relação ao Decreto é nítida na descrição



O visconde de Cairu (grafite de Luiz Pedro Lecor, 1878)

de Calógeras, historiador que não pode ser acusado de ex- cessivo nacionalismo, sobre o Tratado de 1810:

“... as alfândegas cobra- riam, não mais 24%, como mandava a carta régia de Abertura dos portos, de 29 de Janeiro de 1808, mas 15%, quando as próprias importa- ções de Portugal eram one- radas com 16%. A base das cobranças era ad-valorem, provado o preço pelas fatu- ras. **Óbvia, a facilidade do contrabando por meio de declarações inexatas.** Para julgar os pleitos entre ingle- ses e nacionais, continuava instituído um juiz conserva- dor dos ingleses. **Duraria eternamente o tratado comercial,** só podendo ser revisto e modificado por apra- zimento mútuo, e decorridos quinze anos de sua vigência. As demais cláusulas sobre reciprocidade e sobre regimes de exceção só tinham valor e alcance para os mercadores de Londres, e deixavam pratica- mente aos portugueses sem proteção” (cf. J. Pandiá Caló- geras, “**A Política Exterior do Império**”, Vol. 1, RIHGB, 1927, p. 344, grifos nossos).

Um historiador português é ainda mais claro sobre o significado desse tratado:

“Era na essência a manu- tenção dos [tratados] de 1654 e 1703 **com aplicação ao Brasil**, adicionados de novas vantagens: direito a um porto franco, na ilha de Santa Cata- rina, de singular conveniência para o contrabando de Buenos Aires, e redução a 15 por cento dos direitos das mercadorias inglesas. As de procedência nacional pagavam mais um por cento; 24 por cento as de outras nações, em todos os domínios portugueses. Em compensação concedia-se a Portugal nas alfândegas ing- lesas igualdade à nação mais favorecida.

“Pela diferença de pauta **ficava na prática derro- gada a abertura dos por- tos a todas as nações,** e o Brasil pertencia de fato aos ingleses, como sempre tinham ambicionado” (cf. J. Lucio de Azevedo, **Épocas de Portu-**

gal Econômico, Liv. Clássica Editora, Lisboa, 1929, p. 472, grifos nossos).

Em **Os Andradas e ou- tros heróis da Indepen- dência do Brasil** fizemos um resumo da historiografia sobre esse tema e da polémica da época, especialmente os ar- tigos de Hipólito José da Costa no seu Correio Braziliense.

Porém, aqui, o nosso tema é a posição **política** – o ad- jetivo é para evitar duplos sentidos desagradáveis – do visconde de Cairu.

LIMITES

Cairu era um áulico, um bajulador da corte – qualquer uma, contanto que não fos- se a de Napoleão, em quem enxergava um continuador da Revolução Francesa -, um cortesão.

Há uma unanimidade sobre isso – e nem é possível que fos- se diferente. Imagine o leitor alguém que consegue escrever um texto como o seguinte, sobre D. João VI:

“Sua Majestade, desde que entrou na Administração da Monarquia, Manifestou seu Entendimento Compreensivo, e Magnânimo Coração; e que Se comprazia do Timbre Real do sobredito D. Henrique, Glorioso Filho do Senhor Rei D. João I, que trazia nas Suas Armas a *Letra — Talent de Bien Faire* —. Todos os Atos Reais mostram, haver-se pro- posto por Modelo a piedade e doçura do Governo de Sua Au- gusta Mãe. Os seus Benefícios consecutivo, do caráter defi- nido, lhe dão direito à que do Distrito diamantino venham as Joias com que se levante e adorne a oferecida Pirâmide, mais digna e perpétua que o da *Coluna de Trajano*, em cujo be- atíssimo império ele soube bem fazer, harmonizando, como diz o imortal Tácito, o Principado e a Liberdade, merecendo a sua sublime inscrição — o Bem de Todos” (cf. José da Silva Lis- boa, **Memória dos Benefi- cios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI**, Impressão Regia, Rio de Janeiro, 1818, p. 7 – a ortografia foi atualizada; as maiúsculas e itálicos estão no original).

Deveria ser revoltante, para nós, depois do que acon- teceu a Tiradentes, a refe-

rência à “piedade e doçura do Governo de Sua Augusta Mãe” – não menos que Maria I, a Louca.

No entanto, é apenas ri- dículo.

José da Silva Lisboa era, realmente, um conhecedor da economia política inglesa, em especial, de Adam Smith, mas isso era mais um problema, na medida em que significou, para ele, ver a economia política (e, mais, a política econômica do Brasil) pela ótica dos ingleses.

Quando Adam Smith pu- blicou, em 1776, “**A Riqueza das Nações**”, a Inglaterra já realizara, de Cromwell a Guilherme de Orange, sua revolução burguesa.

Mas isso não era verdade em Portugal – e, muito menos, em sua maior colônia, o Brasil – sobretudo depois da destitui- ção e banimento do marquês de Pombal, em 1777 (uma decisão posterior, de Maria I, em agosto de 1781, conden- nou Pombal, “*ordenando-lhe se conserve fora da corte na distância de vinte léguas em quanto por mim não for deter- minado o contrário*”; Pombal faleceu quase exatamente um ano depois dessa condenação, em agosto de 1782).

A tentativa de Cairu, mais em fantasia que na prática, foi a de desenvolver relações mercantis sem se chocar com o feudalismo – ou seja, acei- tando os limites impostos pelo feudalismo.

Era, mais ou menos, como se fosse possível uma “revolu- ção gloriosa” (o desembarque de Guilherme de Orange na Inglaterra, em 1688, que com- pletou a revolução burguesa naquele país, com a queda de Jaime II), sem que, quase 40 anos antes, houvesse um Oliver Cromwell para limpar o terreno, inclusive com a deca- pitação do rei Carlos I (1649).

Essa é a base do aulicismo, da bajulação de Cairu, primei- ro a João VI, depois a Pedro I.

Ele torna-se, por isso mes- mo, um inimigo de qualquer revolução – a começar pela francesa – esquecendo ou omitindo que a Inglaterra de sua época era, também, o pro- duto de uma revolução (mais exatamente, de duas).

Assim, o servilismo de Cai- ru não é um elemento externo à sua política – como, dizem alguns, era o servilismo de Ba-



con, em relação à sua filosofia.

O servilismo é a própria política de Cairu.

Vejamos este trecho, do mesmo livro, sobre a Revolu- ção Francesa:

“A Rainha Nossa Senhora [D^a Maria I] tinha visto em cordial mágoa a desenfreada Libertinagem, e sanguinária carreira da Nação Francesa, até então distinta por devoto Cristianismo, amor de seus Reis, e sentimentos cavalei- ros. Contudo o seu espírito de paz permaneceu imóvel no ordinário sistema defensivo do Reino, não obstante a Liga das Potências do Continente, que em 1791 se uniram em Pilnitz para dissiparem a Cáfila Revolu- cionária, que se propunha o roubo e assassinato, como os Salteadores da Arábia. Mas impossibilitada do governo por súbita teofobia (NOTA DE CAIRU: Assim foi qualificada pelos Médicos a fatal doença) o seu religioso Filho [D. João] não pôde ser indiferente Es-

pectador do Parricídio que os novos Canibais, e bárbaros Druidas em 22 de Janeiro de 1793 perpetraram contra o seu benéfico Soberano Luiz XVI, Mártir da Religião, e Honra da Coroa. Horrorizou-se da traição e apostasia, com que até o Clero da Capital, tendo por cabeça o seu Arcebispo, com frenético delírio, entre- gue à réprobo senso, levantou Altar ao ídolo de abominação nos Lugares Santos; e, sem medo de Deus, nem respeito aos homens publicamente declarou a sua Renúncia à Religião Cristã, aliás fonte da Civilização da Europa, causa de todo o bem da vida e a base da esperança da imorta- lidade, pela celeste doutrina da paz, geral benevolência, e imitação da Divina Bondade. Protestaram os Apóstatas, que não reconheciam outro Evangelho que a Constituição Republicana; outro culto que o da Liberdade Regicida; outro Santuário, que o Arquivo de suas necromânticas Leis. As- sim impuseram a si próprios anátema, para serem os Caims vitandos da Grei social.

“Nestas circunstâncias, Espanha e Inglaterra decla- raram Guerra, não à França (que se fez lacuna no Mapa da Europa) mas aos infíeis perturbadores da Sociedade – que até provocaram a todos os Governos regulares com a serpentina disseminação de seus dogmas nefandos”.

MÁXIMO BENEFÍCIO

Porém, não é apenas ao feudalismo português que Cairu quer adaptar as relações mercantis no Brasil.

Também quer adaptá-las ao monopólio comercial inglês – ou seja, nossa economia teria limites “naturais” nos interes- ses ingleses, como se existisse sobre um leitor de Procusto, onde é necessário cortar as pernas, ou a cabeça, para que o corpo nele caiba.

Assim, ele não é apenas o ideólogo da abertura dos portos.

É, também, o principal defensor do Tratado de 1810, com todo o seu servilismo.

Esse aspecto é a principal omissão, ainda que involuntá- ria, de nosso texto, citado na abertura deste artigo.

Continua na próxima edição